



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE ARRAIAS PROF. DR. SÉRGIO JACINTHO LEONOR
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

RITIELE RIBEIRO BENTO

**DESAFIOS ENFRENTADOS POR CRIANÇAS CAMPESINAS QUE ESTUDAM EM
ESCOLA PÚBLICA DA ÁREA URBANA DE ARRAIAS-TO NO CONTEXTO DA
PANDEMIA DA COVID-19**

Arraias, TO

2022

Ritiele Ribeiro Bento

Desafios enfrentados por crianças camponesas que estudam em escola pública da área urbana de Arraias-To no contexto da pandemia da covid-19

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT) Campus Universitário de Arraias - TO, Curso de Pedagogia para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora:
Profa. Dra. Aline Fagner de Carvalho e Costa

Arraias, TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- R4S4d Ribeiro Bento, Ritiele .
Desafios enfrentados por crianças camponesas que estudam em escola pública da área urbana de Arraias-TO no contexto da pandemia da covid-19. / Ritiele Ribeiro Bento. – Arraias, TO, 2022.
54 f.
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Arraias - Curso de Pedagogia, 2022.
Orientadora : Profa. Dra. Aline Fagner de Carvalho e Costa
1. Educação Básica, Rural e do Campo. 2. Estudantes da Área Rural. 3. Inclusão e Dificuldades de Acesso. 4. . Distanciamento Social - Pandemia (COVID-19) . I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Ritiele Ribeiro Bento

Desafios enfrentados por crianças camponesas que estudam em escola pública da área urbana de Arraias-To no contexto da pandemia da covid-19

Monografia foi avaliada e apresentada à Universidade Federal do Tocantins – UFT - Campus Universitário Prof. Dr. Sérgio Jacintho Leonor, Curso de Pedagogia, para obtenção do título de Pedagoga e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 04 de julho de 2022.

Banca Examinadora



Documento assinado digitalmente

ALINE FAGNER DE CARVALHO E COSTA

Data: 06/07/2022 15:02:24-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profª. Dra. Aline Fagner de Carvalho e Costa – UFT

Profª. Dra. Janáina Santana da Costa- UFT



Documento assinado digitalmente

HUGO JUNIO FERREIRA DE SOUSA

Data: 06/07/2022 17:09:52-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Hugo Junio Ferreira de Sousa - UFT

Dedico esta etapa finalizada da minha vida, primeiramente, a Deus que me capacitou em cada detalhe, à minha orientadora Profa. Dra. Aline Fagner de Carvalho e Costa, à minha família, e a todos os [meus amigos que acreditaram na minha capacidade.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus pela vida e por me proporcionar esse momento que muitas vezes duvidei alcançar, mas Deus com seu infinito amor e sabedoria me deu forças para que eu chegasse até aqui.

À minha orientadora Dra. Aline Fagner de Carvalho e Costa por ter me auxiliado, guiado meus passos nessa construção e ter sido uma amiga nos momentos em que eu dizia que não conseguiria, por achar que as situações que eu estava enfrentando me impossibilitava de fluir em meu trabalho e ela ter me dito que eu respirasse, respeitasse meu tempo, que tudo daria certo.

À Universidade Federal do Tocantins-UFT, docentes e colaboradores que passaram pela minha jornada acadêmica, incluo todos os profissionais que se envolveram para que fosse proporcionado as melhores condições para que eu concluísse o meu curso da melhor forma possível.

Agradeço imensamente o apoio da minha família que depositou muita confiança em mim e acreditou que eu seria capaz de finalizar essa etapa, entregando o meu melhor. Às minhas duas mães e todas minhas irmãs que no meu pior momento, lutaram com todas as garras para me ajudar e nem um segundo me abandonou, até que eu retornasse para casa em paz e seguir à minha vida.

Agradeço ao meu pai, que quando eu era criança fazia de tudo para que eu tivesse as melhores condições de estudo, por saber que ele não teve oportunidade de seguir em seus estudos e isso ter atrapalhado a vida dele em vários sentidos, quero dizer que o seu esforço tem sido válido.

À cada um dos meus amigos, aqueles que faziam parte da minha vida antes do meu ingresso a universidade, aqueles que eram colegas e se tornaram incríveis amigos. Vocês foram e são muito importantes na minha caminhada acadêmica.

À minha amiga Ludiane, que em tempos de aulas presenciais, não éramos próximas, mas hoje se tornou uma pessoa que tem toda a minha confiança e admiração. Saiba que sou grata por cada insistência que você teve comigo, agradeço por ter me acolhido no meu pior momento, esse ciclo que se encerra de maneira positiva, também é por conta de cada incentivo seu.

Gratidão é a palavra que define a minha conquista. Obrigada a cada envolvido!

RESUMO

O presente trabalho possui a pretensão de percorrer o contexto de ausência de educação do campo, a fim de apresentar abordagens que expliquem a realidade vivida pelos estudantes do campo no processo da educação. A pesquisa desenvolvida tem como objetivo geral investigar como estes estudantes foram atendidos na escola da área urbana, diante de um período que exigiu tantas transformações, como foi o caso da pandemia do novo Corona Vírus (COVID-19). Para que ocorresse essa investigação foi utilizada a pesquisa teórica, em busca de trabalhos consagrados sobre educação do campo e produções recentes voltadas para educação básica em tempos de pandemia. Para a discussão teórica recorreremos a autores como Caldart (2004), Saggiomo et al. (2012), Santos (2018), Soares (2018) Vieira e Ricci (2018) Azevedo e Neves (2021), Macedo et al. (2021). Foi realizada também pesquisa de campo, na expectativa de compreender por meio da observação empírica como tal realidade se desdobrou na Escola Estadual Silva Dourado, do município de Arraias, TO. O acesso a dados, realizou-se pela pesquisa documental, principalmente na legislação e planejamentos públicos (PME de Arraias e PPP da Escola); a aplicação de um questionário de perguntas fechadas e abertas, para a diretora e docentes da escola; além de entrevista com a Diretora Regional de Ensino da Secretaria de Educação, Juventude e Esportes do Estado do Tocantins em Arraias (TO). Com as considerações diante dos dados obtidos, compreende-se que os desafios vividos por esses estudantes é uma realidade bastante nítida que se agravou no contexto da pandemia. Assim, pontua-se que são necessário reparos e iniciativas urgentes na estrutura e no processo de ensino e aprendizagem, a fim de promover condições de progresso na vida desses estudantes, para que os impactos gerados, sobretudo em tempos de pandemia não reflitam ao longo de toda a vida.

Palavras-chaves: Educação Básica, Rural e do Campo. Estudantes da Área Rural. Inclusão e Dificuldades de Acesso. Distanciamento Social - Pandemia (COVID-19)

ABSTRACT

The present work intends to go through the context of absence of education in the countryside, in order to present approaches that explain the reality experienced by rural students in the education process. The research developed has the general objective of investigating how these students were treated at the school in the urban area, in the face of a period that required so many transformations, as was the case of the new Corona Virus (COVID-19) pandemic. In order for this investigation to take place, theoretical research was used, in search of established works on rural education and recent productions focused on basic education in times of pandemic. For the theoretical discussion, we turned to authors such as Caldart (2004), Saggiomo et al. (2012), Santos (2018), Soares (2018) Vieira and Ricci (2018) Azevedo and Neves (2021), Macedo et al. (2021). Field research was also carried out, in the hope of understanding through empirical observation how this reality unfolded at the Silva Dourado State School, in the municipality of Arraias, TO. Access to data was carried out through documentary research, mainly in legislation and public planning (PME de Arraias and PPP da Escola); the application of a questionnaire with closed and open questions, for the principal and teachers of the school; in addition to an interview with the Regional Director of Education of the Department of Education, Youth and Sports of the State of Tocantins in Arraias (TO). With the considerations in view of the data obtained, it is understood that the challenges experienced by these students is a very clear reality that has worsened in the context of the pandemic. Thus, it is pointed out that urgent repairs and initiatives are needed in the structure and in the teaching and learning process, in order to promote conditions for progress in the lives of these students, so that the impacts generated, especially in times of a pandemic, do not reflect over a period of time all life.

Key-words: Basic Education, Rural and Countryside. Rural Area Students. Inclusion and Difficulties of Access. Social Distancing - Pandemic (COVID-19)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 DIREITO DE ACESSO À EDUCAÇÃO Á ESTUDANTES DA ÁREA RURAL: HISTÓRIAS E CONCEITOS	13
2.1 Estudantes da zona rural e o que é educação no campo, do campo e para o campo	13
2.2 A história dos Movimentos sociais para a educação do campo no Brasil	15
2.3 Políticas públicas como direito de acesso à educação	20
3 ACESSO DE ESTUDANTES DA ZONA RURAL À EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA: UM LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA (2020 – 2021)	25
3.1 Teses e Dissertações	25
3.2 O que foi levantado nos artigos pesquisados	28
3.3 Centralidade das produções sobre educação de estudantes do campo	32
3.4 Presença de produções com atenção ao Tocantins e Arraias	34
4 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA: ASPECTOS METODOLÓGICOS E INSTRUMENTOS DE INVESTIGAÇÃO	37
4.1 Participantes da pesquisa	38
5 CAMPO DE OBSERVAÇÃO E ANÁLISE QUALITATIVA DOS RESULTADOS	39
5.1 Mapeamento dos dados da Diretoria Regional de Ensino da Secretaria de Educação, Juventude e Esportes do Estado do Tocantins em Arraias (TO)	40
5.2 Mapeamento dos dados da Escola Estadual Silva Dourado em Arraias-TO	42
5.2.1 O que dizem a direção da escola e o corpo docente	44
5.3 Análises possíveis ou o que digo	49
6 CONSIDERAÇÕES	52
REFERÊNCIAS	54

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2020 o mundo foi surpreendido por um acontecimento que mudaria completamente a vida das pessoas. A pandemia do Corona vírus se alastrou rapidamente pelo mundo inteiro, tendo início na China ainda no final do ano de 2019. No Brasil o primeiro caso confirmado ocorreu em fevereiro de 2020, daí então milhares de pessoas foram infectadas e muitas delas chegaram a óbito. Nesse novo cenário todos tiveram que se adaptar, foi um momento que se distanciava da realidade de vida de todos nós. Entretanto para não pararmos nossas vidas tivemos que nos reinventar.

A educação brasileira foi bastante afetada pois infelizmente vivemos num país onde a desigualdade social é nítida e com a pandemia foi possível desmascarar aquilo que ainda se encontrava camuflado. As escolas foram fechadas e a solução aplicada para que os estudantes não ficassem inteiramente prejudicados foi o ensino remoto. Sabemos que não são todos os brasileiros que possuem acesso aos recursos imprescindíveis para esse modelo de aula. Nesse sentido, podemos dizer que o ensino remoto não foi alcançado por todos os estudantes das escolas brasileiras.

Dentre os discentes que passaram por obstáculos na educação podemos mencionar os estudantes do campo, especificamente aqueles que moram nesses espaços e estudam na área urbana. Pensar nos estudantes que residem no campo e estudam na cidade é saber que estes, estão em desvantagens no processo de ensino e aprendizagem. Fora do contexto pandêmico o acesso à educação já era complexo, esses estudantes tinham que acordar muito cedo para conseguir o transporte, muitas vezes não faziam uma alimentação adequada, chegavam e saíam da escola exaustos e por isso não conseguiam absorver o conteúdo que foi apresentado em sala de aula. Em tempos de pandemia o que era complicado se tornou extremamente difícil. A pergunta que se apresenta é: quais as dificuldades educacionais de estudantes do espaço rural e como estes estudantes que frequentam a Escola Silva Dourado da área urbana de Arraias (TO) foram atendidos no contexto de distanciamento provocado pela pandemia?

O município de Arraias “é um território histórico que possui uma população de 10.502 habitantes” (IBGE, 2021). É um local de muita cultura e tradição. É um município que atende os níveis de ensino, recebendo nas escolas estudantes de diferentes perfis e realidade. Segundo o Plano Municipal de Educação de Arraias (ARRAIAS, PME, 2015).

Entende-se que muitas pessoas não têm acesso à educação, dificultada ainda mais para moradores da zona rural. Assim, a ideia dessa pesquisa foi problematizar sobre o acesso que estudantes moradoras da área rural têm à escola pública no Município de Arraias – TO.

Questiona-se as possibilidades de promover acesso a este direito social sem sair do seu espaço. Discute-se o distanciamento destas crianças da escola da cidade, no período em que há medidas de distanciamentos generalizada pelo contexto da pandemia de Covid-19. Sabe-se que há dificuldade de crianças da cidade se adaptarem com as regularidades da escola que começou a ser retomada de forma presencial no segundo semestre de 2021. Entretanto elas se intensificam para a criança da área rural que lidam com tantos percursos durante o dia. A escola e os/as educadores/as nesse quesito, devem ser preparados, propiciando assim, a educação e condições para que todos possam estudar e desenvolver suas habilidades.

A finalidade dessa pesquisa é conhecer as lutas de comunidades e pessoas que vivem em áreas rurais por condições de acesso à educação como um direito social voltado a uma sociedade emancipatória. Com essa pesquisa pretende-se levantar dados que evidenciem a realidade de acesso à boa educação desses sujeitos. Para isso foram feitas pesquisas bibliográficas e de campo, na tentativa de encontrar esses estudantes como prioridade, conhecendo a sua realidade e o seu espaço. O local escolhido para realização da pesquisa foi a Escola Estadual Silva Dourado, trata-se de uma instituição pública que possui crianças que compartilham dessa realidade, por isso a pesquisa teve como preocupação entender como o direito à educação, fundamentado pela Constituição Federal de 1988, no artigo 205, é garantido a todos que vivem no campo. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa [...]” (BRASIL. Constituição Federal, 1988).

Dessa forma, a intenção desse trabalho foi conhecer a educação no e do campo e parcerias educacionais que buscaram libertar esses sujeitos da opressão, para que assim, se tornem sujeitos ativos de uma sociedade que prega a democracia. Por que as políticas públicas não são suficientes para manter as escolas que atendem aos estudantes do campo? Por que o descaso é maior se todos têm direito a educação? Por que os estudantes devem sair de sua localidade para estudar, sem os amparos necessários se o governo tem a responsabilidade de organizar, manter e prestar assistência em relação a educação brasileira?

Um dos objetivos dessa pesquisa se deu em analisar os desafios e possíveis soluções na educação do campo em Arraias. Especificamente, o trabalho pretende analisar como as políticas públicas são direcionadas para os estudantes que vivem no campo; compreender a importância do atendimento específico para a educação da parte rural no contexto da pandemia, em estudos realizados recentemente (2020-2021); analisar a partir do questionário direcionado à diretora escolar e professores a fim de identificar como é realidade dos estudantes que vivem neste contexto no município de Arraias e na Escola Estadual Silva

Dourado. A partir desse trabalho também foi analisado, como esses estudantes foram atendidos no período da pandemia, como o acesso das aulas aconteceram e como os professores puderam auxiliar os estudantes da área rural, para que estes não ficassem em desvantagens diante do que estava sendo proposto nas aulas.

Entende-se que o município de Arraias, é uma localidade onde muitos estudantes são da área rural e passam por muitas dificuldades para se manterem estudando, isso quando conseguem conciliar-se e adaptar-se diante da situação apresentada. Entendendo que é uma realidade existente no município de Arraias, observa-se que há muitos estudantes de zonas rurais que dependem inteiramente de um automóvel para se locomover, saindo muitas vezes cedo de casa, sem fazer uma refeição adequada para o que vai enfrentar durante o dia, não descansa, não tem tempo de ser criança.

Por que falar dos estudantes do campo que estudam em escola da cidade? Por que desenvolver um trabalho que contemple essa realidade? Primeiramente, porque a história de luta dessas pessoas tem vários caminhos que precisam ser percorridos a fim de promover o respeito pela história deles e entender por que as políticas públicas devem se aproximar mais desses sujeitos que muitas vezes foram rejeitados do processo de ensino e quando foram aceitos foi com algum interesse particular do Estado. Segundo, considera-se de extrema importância acompanhar os desafios que esses estudantes passam para estar na escola, buscando por educação, dificuldades estas, que poderiam ser evitadas se os estudantes tivessem a escola no seu espaço, com professores capacitados para colaborar em seu desenvolvimento enquanto estudante e pessoa que precisa crescer adquirindo conhecimento para que sua realidade seja mudada da melhor forma possível.

Com o desenvolvimento desse trabalho, pretende-se apontar os desafios que esses estudantes enfrentam por não terem uma escola preparada de acordo com a realidade em que vivem. Pensando nessas abordagens, o trabalho será embasado em autores como Caldart (2004), Saggiomo et al. (2012), Santos (2018), Azevedo e Neves (2021), Macedo et al. (2021) que visando a necessidade de encontrar alternativas contribuíram com suas pesquisas para as discussões acerca desse tema.

Para fundamentação desta pesquisa analisa-se trabalhos que foram elaborados durante os anos de 2020 e 2021. É necessário entender como o acesso à educação básica foi alcançado pelas crianças da zona rural no contexto da pandemia. Quais as estratégias foram utilizadas para que esses estudantes não fossem excluídos de um direito que é seu e como os professores planejaram as metodologias de ensino, a partir da realidade dos estudantes.

A partir da pesquisa de campo realizada na Escola Estadual Silva Dourado, foi analisado como é a realidade dos estudantes da zona rural que estudam na instituição antes, durante e após a pandemia. Porque é importante entender como o ensino aconteceu em cada uma dessas etapas para esses estudantes e o que foi feito pela escola e professores para que essas crianças não desistissem de estudar.

O trabalho está organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo será abordado o conceito e história da educação do campo, sendo possível entender por que a mudança de nomenclatura, conhecendo os motivos ocorridos para que de educação rural chegasse a educação do campo. Neste capítulo entenderemos as especificidades da educação do campo e o que ela constrói dos que vivem essa realidade. A importância dos movimentos sociais e quais os caminhos percorridos para que os estudantes da zona rural conseguissem acesso à uma educação que os trate como parte de uma sociedade que precisa desenvolver suas habilidades. Como as políticas públicas atuaram e estão atuando para que o ensino chegue a estes estudantes e como as transformações destas, tem garantido o acesso à educação para esses sujeitos.

Posteriormente, no segundo capítulo será apresentado levantamentos de teses, dissertações e artigos que foram elaborados diante do contexto da pandemia. É imprescindível que seja analisado como esse momento foi recebido pelos pesquisadores que buscaram conhecer e desenvolver trabalhos acerca dessa realidade. Entendendo as especificidades dos estudantes do campo é de suma importância compreender como eles foram incluídos no processo de ensino diante da pandemia, sabendo que suas realidades e condições são diferentes dos estudantes da zona urbana.

No terceiro capítulo será possível vislumbrar o trabalho que foi elaborado dentro da realidade do Estado do Tocantins o que se aproxima da pesquisa de campo na Escola Estadual Silva Dourado. Nele compreenderemos como ocorreu o acesso as aulas diante desse período complexo que vivemos, como os estudantes foram atendidos e como os professores lidaram com os desafios que foram surgindo no meio do caminho.

Em seguida será exibido os caminhos traçados para realização da pesquisa de campo, quais foram as metodologias utilizadas para alcançar os dados para análise a partir do questionário e como ocorreu a organização desses dados. Nesse capítulo será abordado os detalhes da pesquisa, como os dados foram colhidos e como estão apresentados dentro do trabalho.

No quarto capítulo será exposto os resultados dos dados obtidos a partir do questionário que foi aplicado. Com essa análise, será possível conhecer e compreender como

a diretoria regional, diretora da Escola e educadoras/es da instituição percebem as/os educandas/os do campo e como a educação é direcionada a eles, se entendem que são acolhidos e desenvolvem suas habilidades sem limitação ou se observam as disparidades, dadas as circunstâncias enfrentadas. Será apresentado ainda, as impressões da pesquisadora acerca da pesquisa desenvolvida. É de suma importância conhecer o objeto de pesquisa, compreendê-lo e se posicionar, pontuando as descobertas e as possíveis contribuições.

Por fim, serão expostas as considerações, contendo as impressões de todo trabalho desenvolvido. Consolidando a importância de engajamento em estudos que se voltem para realidade dos estudantes da zona rural afim de estimular novos olhares que possam contribuir com transformações que beneficiam essa parte da população.

2 DIREITO DE ACESSO À EDUCAÇÃO Á ESTUDANTES DA ÁREA RURAL: HISTÓRIAS E CONCEITOS

2.1 Estudantes da zona rural e o que é educação no campo, do campo e para o campo

Falar sobre a educação do campo não é um assunto novo e possui sua relevância, porque há muito o que melhorar se pensarmos na qualidade de ensino. Saggiomo et al (2012) apontam que a escola deve estar atenta com a realidade que o aluno está inserido, ou seja, para o melhor desenvolvimento educacional, o professor deve trabalhar em cima do que o aluno vive, no qual o estudante se torna sujeito participativo nos projetos que a escola oferece. Outro fato bastante interessante, apresentado pelos autores é a fragilidade da alfabetização e letramento voltado para esses estudantes. Sabe-se que para alfabetizar uma pessoa, é necessário que haja tempo, disposição e métodos que os auxiliem no processo, mas o que acontece é que muitas vezes, os professores que vão atuar em escolas do campo, são pessoas que encontram uma vaga, por “camaradagem” por exemplo, e que não tem uma formação que atenda às necessidades desses sujeitos que precisam ser alfabetizados, gerando um desânimo e desistência do aluno da zona rural em aprender.

Para que possamos explanar e discutir sobre esse assunto, precisamos antes de tudo entender o que é a Educação Rural e Educação do Campo. Antes do conceito “Educação do Campo” a educação rural era tida como uma forma de manter o homem e a mulher no campo, para que estes continuassem a produzir. Conforme Souza (2018, p. 188):

No período compreendido entre as décadas de 1930/1940, sob a influência do chamado “ruralismo pedagógico”, defendia-se uma educação que contribuísse com a fixação do homem/mulher no campo. A proposta visava a uma educação ligada à produção agrícola, ou seja, a escola deveria preparar os filhos dos agricultores para continuar na zona rural. Havia, por parte do Estado, o objetivo de conter o êxodo rural através da escola, que cumpriria o papel de convencer o cidadão a permanecer no meio rural.

Nesse sentido entende-se que o principal objetivo do Estado era fazer com que os cidadãos da zona rural permanecessem no campo, trabalhando e preparando seus filhos para as atividades agrícolas, se preocupando extremamente com o desenvolvimento econômico do país do que com o próprio aprendizado daquela população.

Conceituar a educação rural e educação no campo na tentativa de elucidar a importância da concepção de escola e dos educadores na trajetória histórica dos termos e tratar das questões que levaram a mudança de conceito e currículo de educação rural para educação do/no campo, implica em entender os diversos acontecimentos e transformações

sociais e políticas do Brasil e a participação dos movimentos sociais. Sendo assim, entendemos que a escola é o espaço de formação social a socialização dos saberes acumulados e os processos de reelaboração e produção de conhecimentos pelos homens ao longo dos tempos. Para aqueles que vivem no campo, é também um espaço de luta e resistência.

A escola pode ser um lugar privilegiado de formação, de conhecimento e cultura, valores e identidades das crianças, jovens e adultos. Não para fechar horizontes, mas para abri-los ao mundo desde o campo, ou desde o chão onde se pisa. Desde suas vivências, sua identidade, valores e culturas, abrir se ao que há de mais humano e avançado no mundo.

Busca-se uma educação no campo que leve em consideração a identidade cultural dos sujeitos que ali vivem. Por isso, os professores na dinâmica da educação do campo são considerados sujeitos em construção, assim como os estudantes no entanto, aos educadores é cabível a tarefa de perguntar quem são os sujeitos com os quais compartilham experiências da vida durante o ano letivo, haja vista que cada aluno tem sua identidade, sua história e o professor também, então, por isso a importância do professor perceber o quanto é importante assumir sua própria história para que a partir disso, possam descobrir a pessoa que está atrás do rosto de cada criança, jovem ou adulto, e então, conheçam sua história, respeitem sua diversidade e seus direitos (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011 apud MACHADO 2017, p. 18323).

De acordo com Caldart (2004) a educação do campo possui as suas especificidades, que devem ser trabalhadas de acordo com a realidade dos estudantes, entretanto essas particularidades não os impendem de as vivenciar as vastas possibilidades de conhecimento que são oferecidos na educação.

A Educação do Campo assume sua particularidade, que é o vínculo com sujeitos sociais concretos, e com um recorte específico de classe, mas sem deixar de considerar a dimensão da universalidade: antes (durante e depois) de tudo ela é educação, formação de seres humanos. Ou seja, a Educação do Campo faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, mas preocupada com a educação do conjunto da população trabalhadora do campo e, mais amplamente, com a formação humana. E, sobretudo, trata de construir uma educação do povo do campo e não apenas com ele, nem muito menos para ele (CALDART, 2004, p. 3).

Diante da contribuição da autora, entende-se que para ser construído uma boa educação do campo, é fundamental que a escola tenha autonomia em seu planejamento, buscando sempre melhorias nas condições do espaço escolar, discutindo sempre sobre as questões da mesma, levando o conhecimento da realidade escolar para o governo, fazendo com que este, assuma as demandas e responsabilidades desse espaço, para que assim os estudantes desloquem da sua localidade, com segurança e certeza de que irá receber uma

educação de melhor qualidade, que conheça e trabalhe a partir do seu contexto social. Nesse sentido, a melhor solução é que tenha organização por parte de todos envolvidos, priorizando a educação destes sujeitos.

Com isso, entendemos que o conhecimento deve ser permitido a todos, independentemente da sua localização, o ensino deve atender todas as demandas dos sujeitos brasileiros, pois o país prega uma sociedade democrática. Conforme Rossi diz, “A igualdade de oportunidade, é ponto importante na ideologia capitalista, pois garantiria aos mais capazes aos mais esforçados [...]” (1980, p.71).

Diante disso, quando apontamos a necessidade da educação que não está sendo atendida como deveria, compreende-se que igualdade não existe nesse requisito, fazendo com que as oportunidades desses sujeitos, sejam menores do que a dos outros, em relação a isso aponta Sacristan (1983) que: “O pensamento liberal afirma que a escola é igual para todos e que, portanto, cada um chega onde suas capacidades e seus trabalhos lhes permitem”.

2.2 A história dos Movimentos sociais para a educação do campo no Brasil

O surgimento da educação no campo, aconteceu em 1997, no I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), encontro sediado em Luziânia – GO, organizado primordialmente pelo Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), pela Universidade de Brasília (UnB) e pelas organizações internacionais UNESCO E UNICEF. A educação do campo surge para que as práticas pedagógicas sejam pensadas na realidade dos estudantes levando em consideração o seu desenvolvimento enquanto pessoa (SOARES, 2018, p. 8).

Segundo Freitas (2007, apud SOARES 2018, p. 8), o encontro do Iº ENERA conseguiu reunir mais de 700 professores de Assentamentos rurais e “de Instituições universitárias que vinham atuando em Projetos de educação em assentamentos”. O encontro teve como resolução a realização de um congresso, que seria articulado a partir de conferências estaduais (SOARES, 2018).

Esse encontro foi de suma importância para que os envolvidos nos movimentos sociais, expusessem os reais motivos das reivindicações voltadas para os moradores da zona rural, estes sabiam a necessidade de pensar em modelos de educação que se preocupassem com o desenvolvimento desses cidadãos.

Em 1998, foi realizada a I Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo, que contou com a presença das entidades presentes no ENERA (CNBB,

UNESCO, MST, UNICEF, UNESCO e UnB) e também com outros movimentos sociais, as EFAS (Escolas e Famílias), organizações governamentais (MEC) e não governamentais. A partir dessa conferência a Educação do Campo foi batizada com esse nome (SOARES, 2018, p. 2).

A realização desta conferência acontece no intuito de serem pensadas e repensadas estratégias que promovessem um ensino de qualidade para os trabalhadores da zona rural, que até então eram tidos como instrumento de desenvolvimento capitalista do país, por isso também a mudança de nome, para que a educação voltada para esses sujeitos alcançasse credibilidade.

Conforme Soares (2018, p. 2) “A Conferência buscava impulsionar uma educação [...] que garantisse o direito a educação as populações do campo e que as experiências políticas pedagógicas acumuladas por estes sujeitos fossem reconhecidas e legitimadas pelos sistemas públicos nas suas esferas correspondentes”.

“Segundo Santos (2013) o resultado da conferência foi a instituição de uma comissão dos movimentos sociais para atuarem junto ao MEC na discussão da educação do campo. Posteriormente, foram realizadas mais duas conferências uma em 1998 e outra em 2004”. (SOARES 2018, p. 2).

Esses momentos de reuniões foram relevantes no sentido de observar que de um lado tem se a percepção da necessidade de reivindicar uma ampliação da educação para os trabalhadores buscando quebrar paradigmas que resultem apenas em perceber o sujeito da zona rural como parte que serve unicamente para beneficiar a economia do país, mas também para buscar formas de sobressair diante da opressão do Banco Mundial e interessados no agronegócio (SOARES, 2018, p. 2).

O Banco Mundial também faz parte da construção da educação do campo, mas para que seja explanado a sua participação é necessário que entendamos do que se trata essa organização. De acordo com Soares (2018, p. 3)

O que chamamos de “Banco Mundial” consiste em um grupo que se divide em sete organizações que apresentam diferentes funções. São elas: o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), a Corporação Financeira Internacional (CFI), a Agência Multilateral de Garantias e Investimentos (AMGI), o Instituto do Banco Mundial (IBM), o Painel de Inspeção e o Centro Internacional para Conciliação de Divergências em Investimentos (CICDI). De acordo com Pereira (2009), em geral, quando encontramos escritos sobre o Banco Mundial, estes estão se referindo ao BIRD e/ou à AID. Os países com maior poder de voto no banco são os Estados Unidos, o Japão, a Alemanha, o Reino Unido e a França, respectivamente, sendo que os Estados Unidos mantêm uma posição de privilégio em relação aos outros quatro, tendo poder de voto superior à somatória dos outros três países mais influentes (Japão, Alemanha e Reino Unido).

O interesse do Banco Mundial, chega ao Brasil quando o Estados Unidos que era membro de maior importância, percebe que não seria viável um avanço comunista nas regiões da África e América Latina. Com isso, os estadunidenses influenciam a América Latina e a África fazer empréstimos que serviriam para intensificar a sua democracia estimulando os países reorganizar suas partes financeiras, resultando em uma distribuição de riquezas (SOARES, 2018, p. 4).

O BIRD se interessou pela área rural dos países menos desenvolvidos, com o objetivo de trazer novidades para essa parte, entretanto o real interesse era fazer com que esses países consumisse os recursos dos países norte-americanos que eram adiantados em quesito de modernidade e assim o giro de capitalismo seria maior.

“Na área educacional, nota-se que, de início, o Banco Mundial não tinha um foco tão grande na educação, encontrando, inclusive, muita resistência ao se realizarem propostas de financiamento para áreas sociais como um todo” (SOARES, 2018, p. 5).

Entende-se que o Banco Mundial focava seus interesses na movimentação do capital e para que pudesse investir na educação era primordial perceber algum tipo de retorno que o beneficiasse.

Entretanto, a partir das décadas de 1960 e 1970, o orçamento voltado para a área da educação subiu significativamente, passando de US\$ 62 milhões, de 1968-70, para US\$ 194 milhões, entre 1971-73. Esse fato está intimamente ligado com o processo da chamada Revolução Verde (ou também chamada de Modernização Conservadora), como podemos perceber pelo enfoque inicial das políticas educacionais que foram inicialmente voltadas ao que eles chamaram de “ensino produtivo”, que seria o ensino agrícola e o extensionista (SOARES, 2018, p. 5).

Embora haja tido esse investimento em prol da educação realizado pelo Banco Mundial é importante observar, que foi uma ação gerada pelas investidas da Revolução Verde que buscava políticas que dessem condições de um ensino de qualidade para os sujeitos da zona rural. O Banco Mundial entendia que para alcançar seus interesses era necessário fazer investimentos, mas o seu objetivo estava centrado no capitalismo.

Uma questão clara no que se refere à educação proposta pelo Banco Mundial aos países da periferia do capitalismo é a centralidade da importância no ensino fundamental. Segundo Leher (2010), para o Banco Mundial, os países da periferia do capitalismo deveriam investir em educação básica fundamental para oferecer mão de obra para o mercado com um mínimo de escolaridade. Não haveria necessidade, nem razão, de um investimento grande em ensino superior, pois os países “subdesenvolvidos” não trariam grandes inovações capazes de competir com as inovações técnicas dos países “desenvolvidos” (LEHER, 2010, apud SOARES, 2018, p. 5).

Diante dos expostos em relação ao Banco Mundial, entende-se que foi uma organização que fez parte dos marcos da história da Educação Rural que passou a ser nomeada por Educação do Campo. Entretanto não tinha como ponto crucial percorrer caminhos que fizessem dessa educação a melhor para os sujeitos dependentes dela. Todo investimento tinha um interesse que em suma favorecia mais o banco e seus parceiros do que a própria educação. É o que fica visível quando o Banco Mundial dá uma atenção especial ao ensino fundamental, não por achar que fosse importante para a vida do aluno da zona rural e sim suficiente para a realização da mão de obra, tendo em vista que são estudantes da zona rural e de países “inferiores”. Sendo assim, investimentos em ensino superior seria perda de tempo e dinheiro, entendendo que esses países nunca alcançaria o progresso dos países desenvolvidos.

Diante das reivindicações dos movimentos sociais foram sendo criados programas que colocassem a educação do campo como foco de discussão e iniciativas. Um desses programas foi o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) criado em 1998. Conforme Soares (2018, p. 8)

O PRONERA, criado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, tem como objetivo inicial a alfabetização de jovens e adultos no campo. Tal escolha teria se dado devido ao alto índice de analfabetismo na área rural. Apesar disso, ensino médio, técnico/profissionalizante, superior e até mesmo pós-graduação também fazem parte do programa. A população alvo do PRONERA são moradores de assentamentos criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou órgão estaduais que tenham parceria com o INCRA. No caso da alfabetização e do ensino fundamental de jovens e adultos, esse projeto visa atender também a moradores de acampamentos ainda não reconhecidos legalmente.

Nesse sentido, entende-se que houve uma preocupação diante do analfabetismo desses sujeitos que embora vivessem na área rural, necessitava de um atendimento educacional. O programa foi criado exatamente para que essas pessoas tivessem acesso a uma educação que entendesse sua realidade e que trabalhasse a partir dela. Buscando métodos que auxiliassem o desenvolvimento desses moradores que apesar de viverem em assentamentos faziam parte de uma sociedade que dizia ser democrática e que o direito a educação seria de todos. Diante dessa deixa os movimentos sociais insistiam em conseguir essa igualdade aos moradores do campo, nisso não desistia de traçar estratégias que alcançasse esse objetivo.

Pensar no PRONERA, é entender que as lutas dos movimentos sociais tiveram ações que geraram reações que beneficiaram os cidadãos da zona rural pois se observarmos as atividades desenvolvidas pelo programa, entendemos que de fato se preocupou em trabalhar as especificidades desses sujeitos, considerando a parte da educação.

De acordo com Soares (2018, p. 9)

Os principais projetos atendidos pelo PRONERA são os de alfabetização e escolarização de jovens e adultos no ensino fundamental e capacitação e escolaridade de educadores (as) para o ensino fundamental em áreas da Reforma Agrária; formação continuada e escolaridade de professores(as) de áreas da Reforma Agrária (nível médio na modalidade normal ou em nível superior por meio das licenciaturas); formação profissional conjugada com a escolaridade em nível médio por meio de cursos de educação profissional de nível técnico ou superior (de âmbito estadual, regional ou nacional) em diferentes áreas do conhecimento voltados para a promoção do desenvolvimento sustentável no campo. Podem propor projetos para o PRONERA instituições públicas ou comunitárias sem fins lucrativos

Fazer esses apontamentos se torna de extrema relevância para que possamos entender que quando a questão de educação do campo foi tomada como discussão, foi devida a insuficiência de políticas públicas que se preocupassem com medidas que atendessem de forma eficaz esses sujeitos.

Segundo Soares (2018, p. 11)

O movimento Educação do Campo foi instituído primeiramente como reivindicação dos movimentos sociais, em especial o MST, que sentem a necessidade de discutir a luta no plano ideológico desde cedo, na defesa da terra de trabalho, mas também devido à necessidade prática de ter escolas no campo para os filhos dos trabalhadores rurais, dos acampados e dos assentados, para que estes não tenham a necessidade de deslocar-se para a cidade, abandonando a luta e a terra de trabalho para escolarizar-se.

Por muitos anos os moradores, trabalhadores da zona rural e também seus filhos foram tidos como instrumentos que alcançariam lucros através das suas mãos de obras para a sociedade brasileira não sendo vistas como pessoas que precisavam desenvolver suas habilidades para se tornar um cidadão ativo acerca das decisões do seu país, entretanto essa realidade passa por transformações devido aos grupos de movimentos sociais que considerava inadmissível essa parte da população brasileira ser lesada pela educação só por não fazerem parte da área urbana e por isso as lutas de resistência em prol de atendimento com qualidade e que trabalhasse conforme a realidade dos estudantes.

Com a contribuição da autora Soares (2018) podemos observar que os movimentos sociais principalmente o MST, consegue alcançar algumas melhorias para os trabalhadores do campo. Entretanto é importante ressaltar que as organizações financeiras que investiam nessa educação, tinha seus próprios interesses e por isso a educação do campo por muitas vezes esteve em retrocesso, pelo fato da preocupação maior está no que esses sujeitos poderiam oferecer de lucro e não o que eles precisavam aprender para se desenvolver.

Conforme Santos (2018, p. 207)

Tendo como referência a análise empreendida nesse texto, destaca-se a distância ainda existente de consolidação de uma Educação do Campo nos moldes reivindicados pelos movimentos sociais e sindicais do campo. Conclui-se, portanto, que a proposta de educação defendida por esses movimentos, que congregou força política no final da década de 1990 e na primeira década do século XXI, entra na segunda década deste século no ostracismo, em termos de ações concretas do Estado.

Dessa forma, entende-se que apesar das solicitações feitas principalmente pelos movimentos sociais, existem falhas que refletem nos dias de hoje, que necessitam ser reparadas, na tentativa de oferecer uma educação que e se importe com os estudantes de forma justa.

2.3 Políticas públicas como direito de acesso à educação

De acordo com o Ministério da Educação na publicação “Direito à educação: Subsídios para a gestão dos sistemas educacionais” (BRASIL, 2006, p. 5) fazemos parte de uma sociedade democrática que carrega em suas características uma população diversificada que possui o direito de participar dos espaços oferecidos pela educação, por isso as políticas públicas necessitam estar atentas para garantir que o ensino e aprendizagem cheguem de forma equivalente a todos os estudantes que compõe o sistema de ensino do nosso país independentemente das suas condições.

Entendendo que possuímos essa diversidade, se faz necessário saber como os estudantes da zona rural que possui realidades diferentes são acolhidas pelo ambiente escolar, pois se temos documentos que defendem o direito de acesso com igualdade a todos, devemos compreender como a educação está sendo processada para estes estudantes.

A Constituição da República, quando adota como princípio a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, compreendido como efetivação do objetivo republicano de “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, prevê uma sociedade com escolas abertas a todos, em qualquer etapa ou modalidade, bem como o acesso a níveis mais elevados de ensino (BRASIL, 2006, p. 5).

Tendo em vista esse princípio é importante entender quais as medidas que as políticas públicas estão adotando para romper com as barreiras que muitas vezes impedem os estudantes da zona rural de ter acesso a um ensino com qualidade, quais são as estratégias criadas para que estes estudantes sejam incluídos e acolhidos dentro de uma escola que

respeite e trabalhe de acordo com sua realidade, considerando que “ [...] na efetivação do direito de todos à educação, o direito à igualdade e o direito à diferença são indissociáveis e os direitos específicos servem para eliminar as discriminações e garantir a plena inclusão social” (BRASIL, 2006, p. 5).

Os estudantes da zona rural, são sujeitos que possui suas peculiaridades, por isso a Constituição Federal, destaca no artigo 28 que a educação para estes estudantes deve ser ofertada, se adaptando com as condições de vida, assim como o currículo e metodologias deve ser alinhada com as reais necessidades de aprendizagem dos estudantes (BRASIL, 1988). Nesse sentido quando vemos estudantes da zona rural estudando em escolas na cidade, por falta de acesso em sua localidade, questiona-se como esses direitos estão sendo aplicados, como as políticas públicas estão atuando para efetivar o que está escrito nos documentos que solicita um ensino com equidade a todos e como tudo isso tem sido ofertado mediante a um período que exige transformações devido ao contexto que estamos vivendo, que é o da pandemia.

Sabemos, que se dependessem apenas dos documentos que regem os direitos e deveres dos cidadãos brasileiros, teríamos uma sociedade digna de aplausos e reconhecimento por todas as partes, pois a estrutura da Constituição Federal exibe uma organização esplêndida que reconhece todas as especificidades da população brasileira.

O problema estar em aplicar o que é proposto, avistamos muitas falhas ou até inexistência das políticas públicas, fazendo com que seja em vão muitas coisas importantes que eram para ser aplicadas, para tornar o país um espaço mais justo.

Como a educação tem agregado os estudantes diante dessa realidade? Quais os caminhos percorridos para que estes estudantes não ficassem em atraso, considerando que antes da pandemia os estudantes da zona rural já viviam o preconceito de serem chamados de atrasados, quando iam estudar na cidade, pelo fato de estarem avançados na idade ou por não conseguir acompanhar os outros estudantes com os conteúdos apresentados e diante desse contexto como os estudantes da zona rural estão sendo acolhidos pela gestão escolar.

De acordo com Santos (2018, p. 186)

Em junho de 2014, foi aprovado o PNE (BRASIL, 2014b), o qual define a política nacional de educação do país por uma década. As vinte metas ali estabelecidas representam o compromisso do Estado brasileiro para com a educação da população. Nesse documento, encontram-se explícitas as prioridades do Estado brasileiro com a educação nacional, no que diz respeito à qualidade⁴, estrutura, investimentos financeiros, acesso, permanência e sucesso dos estudantes. A análise desse conjunto de metas permite visualizar a negligência com relação ao campo.

A educação do campo nasce, com a intenção de defender os moradores que eram alvos de projetos do campo, que ao invés de beneficiá-los surgiam como negócios. Conforme Caldart (2012, apud MACHADO, 2017, p. 18327)

A Educação do Campo nasceu tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades.

Além dessa preocupação, a proposta de educação do campo também surge para mudar as perspectivas dos moradores, que além da educação desejavam ser notados como seres que compõe a sociedade brasileira, nisso possui suas próprias características, sua cultura. Sendo assim buscaram por uma proposta pedagógica voltada para sua história de luta.

Propostas estas, que os tornassem protagonistas da sua história de luta, que reconhecessem a capacidade de desenvolvimento das pessoas que são da zona rural, a educação do campo surge para que as pessoas que fazem parte dessa realidade tenha condições melhores e que adquiram conhecimentos para fazer solicitações diante das políticas públicas e principalmente para que se acabe o preconceito voltado para esses cidadãos, pois pelo fato de viverem na zona rural são tidos como atrasados quando vão atuar na zona urbana.

Pensar em Educação do campo é dar destaque para as inúmeras lutas de reivindicação dos movimentos sociais iniciadas por trabalhadores que não se contentaram com o mínimo oferecido, pois não faria muita diferença na vida destes. Por isso, estes trabalhadores buscaram e buscam um olhar a mais às políticas públicas, mostrando que são parte de uma sociedade que entende sobre seus direitos, sobretudo o da educação. Ser do campo, não significa ter menos importância do que os cidadãos da área urbana.

Se as metas de políticas propostas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 fossem seguidas à risca, os estudantes do campo não sofreriam tanto para ter pelo menos o básico da educação. Entende-se que a política é que garante que todos os sujeitos do Brasil devem ter acesso a uma educação de qualidade, integrando a todos, independentemente do lugar de origem. Porém, percebe-se que não é assim que acontece, muitos estudantes para estudar deslocam da sua moradia, passando por vários obstáculos, isso quando conseguem o transporte. Essas situações acabam fazendo que haja desistência dos estudantes da escola, conseqüentemente, perdendo o acesso a um direito que é seu.

Dentre as diretrizes do PNE que foi utilizado como veículo de atendimento para os estudantes do campo podemos salientar:

Erradicação do analfabetismo; Universalização do atendimento escolar; Superação das desigualdades educacionais; Melhoria da qualidade do ensino; Formação para o trabalho e para a cidadania; Promoção do princípio da gestão democrática da educação; Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; Valorização dos profissionais da educação e; Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014, apud SANTOS, 2018, p. 199).

Nesse sentido, o PNE como política que surge como ferramenta para vencer obstáculos em relação a educação brasileira, precisava se adequar para atender de um todo as necessidades impostas no meio do caminho, já que anteriormente as metas do Plano Nacional de Educação não contemplava praticamente nada que voltasse para educação do campo, mudanças deveriam ocorrer.

Sendo assim, em 2014 o PNE adotou estratégias e meta que chegasse a educação do campo com maior representatividade. De acordo com Santos (2018, p. 201) foram propostas 254 estratégias pelo Plano Nacional da Educação, sendo 19 voltadas para a Educação do Campo o que surge como grande avanço, se comparado com as estratégias e metas anteriores.

É importante mencionar que no novo PNE, não são feitas apenas propostas como alternativas de melhorias para a educação e sim exigências. É o que podemos confirmar de acordo com (BRASIL, 2014, apud SANTOS, 2018, p. 203)

Destaca-se que o PNE vigente impõe exigências imediatas para as instâncias federativas (União, estados e municípios), a exemplo da criação do Sistema Nacional de Educação em até dois anos de vigência do plano. Outra imposição imediata diz respeito à elaboração dos planos estaduais e municipais de educação. Diferentemente dos planos anteriores, esse obriga estados e municípios a elaborarem seus respectivos planos em até um ano de sua vigência. A Educação do Campo compõe o conjunto de exigências para os Estados e Municípios na elaboração dos planos, conforme artigo oitavo.

Com a atualização do PNE nota-se um olhar mais criterioso para a educação do campo, o que pode ser considerado um progresso se pensarmos nos caminhos percorridos em busca de transformações que fizessem sentido na vida dos trabalhadores rurais, porém o PNE como política de Estado deveria ter se desdobrado para alcançar uma posição melhor de pessoas alfabetizadas. Como aponta Santos (2018, p. 204)

O Brasil ocupa a oitava posição no mundo em número de pessoas adultas sem escolarização (UNESCO, 2014). A PNAD divulgada em 2013 mostrou que os analfabetos perfazem um total de 13,2 milhões de pessoas com 15 anos ou mais (IBGE, 2013). Em 2011, a taxa de analfabetismo adulto nas zonas rurais perfazia um percentual de 21,2%. Nos últimos anos, essa conjuntura pouco se alterou. Esses estudos evidenciam que o campo necessita de maior atenção para se efetivar o direito à educação e é, pois, nesse sentido, que se esperava do PNE, como política de Estado, uma maior prioridade no estabelecimento de metas e ações para o campo.

Dessa maneira é possível saber que anos se passaram e pouco foi feito para garantir o direito de educação a essa parte da população e o PNE como política que conhecia a carência desses sujeitos deveria ter um cuidado maior tanto na organização de metas quanto nas suas aplicações. Acredita-se que a educação do campo sempre foi uma situação delicada e por isso o cuidado em suas decisões deveria e deve ser criterioso.

Por mais que algumas conquistas foram alcançadas, a autora nos faz entender que ainda há um atraso no que diz a respeito da Educação do campo, o que pode ser observado pela falta de acesso de instituições nesses espaços, a falta de professores preparados, as salas multisseriadas que é uma realidade para muitos que vivem nesse espaço, pelos pais e estudantes que por considerar a educação de extrema importância, se esforçam para manter na cidade, utilizando transportes escolares quando tem, ou tirando do seu próprio bolso.

3 ACESSO DE ESTUDANTES DA ZONA RURAL À EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA: UM LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA (2020 – 2021)

Neste capítulo serão apresentados levantamentos de trabalhos acerca do contexto da pandemia, para esse estudo foram utilizados os seguintes descritores: Estudantes da zona rural; Educação básica; Pandemia.

Para realização desse estudo analisa-se trabalhos que foram produzidos durante os anos de 2020 e 2021. Nas buscas realizadas para serem feitas as análises no decorrer da investigação, foram encontrados 21 trabalhos, sendo eles teses e dissertações (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT no dia 18 de março de 2022) envolvendo todos os campos de conhecimentos da educação básica e 34 artigos (Google Acadêmico no dia 18 de março de 2022) contemplando o assunto em questão.

O objetivo desta busca foi localizar trabalhos elaborados a partir do contexto da pandemia, considerando os estudantes da zona rural, na tentativa de entender como está ocorrendo o processo de ensino e aprendizagem para essa parte de estudantes que possui suas limitações no sentido de acesso.

3.1 Teses e Dissertações

A busca dos trabalhos aqui mencionados, se deu pela preocupação de compreender como o ensino tem chegado para os estudantes residentes da zona rural. Porque se acompanharmos o contexto da educação rural, percebemos os obstáculos enfrentados por essa parte da população para ter acesso à uma educação que ofereça pelo menos o mínimo de qualidade. Diante da pandemia, todos nós tivemos que passar por transformações, as comodidades que tínhamos antes tiveram que ser reinventadas para que não ficássemos em atraso com as nossas pretensões.

Para muitos, passa a ser um momento de tentativas, de novas possibilidades e de se desafiar a aprender o novo, apesar da tensão que todos nós passamos, a pandemia passa a ser um período de reflexão, pois ninguém imaginava passar por tamanhas perdas. Se deparar com esse novo contexto fez com que o mundo compreendesse que estamos em constante transformação e por isso devemos nos arriscar mais, não se suprir somente com aquilo que está ao nosso alcance. Devemos ter em mente que somos seres capazes de adquirir cada vez mais conhecimento, desde que tenhamos suporte para desenvolvermos. Para entender como

esse suporte foi oferecido para os estudantes da zona rural foi necessária essa investigação que se desdobrou na busca de pesquisas ligadas aos estudantes da zona rural e a pandemia.

Ao fazer essa pesquisa foi possível observar que apenas uma dissertação investigou de forma minuciosa quais os caminhos estão sendo traçados para que a educação escolar chegue até essas crianças em tempo de pandemia. Os outros 20 trabalhos que aparecem nessa mesma busca tratam de outros temas da educação básica fugindo do tema central que é aluno da zona rural e seu acolhimento na educação básica diante da pandemia.

Das 21 teses e dissertações é perceptível que apenas um trabalho menciona de fato a “pandemia” como tema central de discussão. A dissertação com o título: **Os conflitos vivenciados em torno do trabalho docente na perspectiva de professores da educação básica em contexto de pandemia**, faz uma ponderação sobre os enfrentamentos que a educação passou a ter depois do contexto da pandemia, como os professores em especial as três professoras de educação básica que a autora investigou, vem exercendo o seu trabalho docente diante de um período que exigiu adaptações, novas metodologias, formação continuada entre outros aspectos (COSTA, 2021).

Percebe que a autora da dissertação pesquisou afundo para que pudesse ter respostas, partindo das condições do trabalho docente na pandemia até o retorno às aulas presenciais, pois não tem como levantar um estudo deste, sem considerar os professores, que são partes importantes nesse processo.

A preocupação da autora diante dessa dissertação se desdobrava em entender qual era o olhar principalmente de três professoras diante do contexto da pandemia. Conforme Souza et al. (2014, p. 169, apud Costa 2021, p. 146) “Ninguém entende melhor as dores e as delícias da atividade docente do que aqueles que a realizam”. Com isso, entende-se que a pesquisadora buscou investigar as professoras porque elas saberiam explicar o que estavam vivendo e como estavam atuando diante de um período que exigiu adaptações de todas as partes.

A autora relata que a princípio as redes educacionais de todo Brasil, foram fechadas, sem exercer qualquer tipo de atividades. Logo em seguida após discussões dos órgãos educativos, a educação passa a partir do ensino remoto. Com esse ensino foi possível observar de acordo com (GEM, 2020 apud COSTA, 2021, p. 98) “Essa dinâmica que está sendo realizada hoje, com o fechamento das escolas, vem desnudar a desigualdade educacional que assola o país há tempos, aumentando cada vez mais as disparidades que já existiam entre os sistemas educacionais”. Quando a autora aborda essa questão faz com que pensamos nos estudantes da zona rural que num período tido como normal, já passavam por tantas dificuldades para conseguir estudar, principalmente os que precisavam deslocar da sua

casa, pegar transporte que nem sempre tinha as melhores condições de segurança, mas tudo isso para estar numa escola, buscando melhorar sua realidade de vida. Agora esses mesmos estudantes passam por uma nova realidade que é o de conseguir acesso diante das ferramentas que foram pensadas para que os estudantes em geral não ficassem tão prejudicados no ensino. Sabemos que os estudantes da zona rural são carentes no quesito de tecnologias, nem todos possuem acesso a uma internet e aparatos necessários para assistirem as aulas nesse formato.

Ao aprofundar na dissertação da autora (COSTA, 2021) encontramos também os desafios impostos pelas três professoras que foram entrevistadas para apontar como estar sendo o trabalho docente diante da pandemia. Se faz importante ressaltar que foi uma pesquisa realizada em Juiz de Fora/MG na escola Esplendor que atende do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Apesar de ser uma cidade de maior desenvolvimento, a autora ao realizar esse estudo consegue dados que comprovam que os professores e estudantes passaram por obstáculos que muitas vezes os impediram de agir.

Para Ariati *et al* (2019, p. 232 apud COSTA, 2021, p. 151)

[...] de modo relativamente satisfatório, o docente precisa de recursos (materiais e simbólicos, internos e externos) como, por exemplo, reelaborar as prescrições de acordo com a situação e os sujeitos envolvidos; escolher, manter e reorientar seu agir de acordo com as necessidades; transformar artefatos, através da apropriação, em instrumentos; escolher instrumentos que sejam adequados de acordo com a situação; utilizar de modelos de agir constituídos pelo seu coletivo de trabalho e buscar soluções para conflitos que por vezes surjam.

Diante disso, entende-se que o professor, como profissional que sempre está em busca de conhecimento, necessita de estímulos e recursos para que este seja contemplado. Com a leitura deste trabalho percebemos educadoras que se lamentam por não ter conseguido disseminar o que havia planejado para seus estudantes em modo remoto, pois a situação é totalmente nova e para poder agir perante algo, é necessário conhecer o contexto.

Nas palavras de Costa (2021, p. 151)

É bem isso que observamos nas falas das docentes neste período de pandemia, em que as professoras foram obrigadas a se inserirem numa forma de agir, ou melhor, de não agir, que era totalmente diferente do vivido por elas até então, para participar de um vivendo que não lhes possibilitava um agir, ou seja, elas demonstraram que queriam tentar fazer algo, que buscavam de diversas maneiras agir, mas eram impedidas por n-motivos e é nesse processo de tentativas e de confrontos entre o vivido por elas anteriormente e o que elas estavam vivendo no período da pandemia que nos sinaliza para um movimento de conflito vivenciados por elas.

Nos deparar com acontecimentos assim nos faz entender que a pandemia trouxe grandes transtornos para a educação brasileira de forma geral, atingindo estudantes e

professores de todas as partes. As tecnologias foram sim, um amparo para que os prejuízos não fossem totais, porém vivemos em um país com diferentes realidades, não são todos os cidadãos que conseguem ter acesso a esses aparatos e por isso, para essa parte da população como é o caso de muitos estudantes da zona rural, a metodologia do ensino remoto não foi alcançada como ferramenta de estudo. Ocorrendo nesse sentido, a evasão ou atraso no processo de ensino e aprendizagem.

Ter acesso a esse trabalho e compreender as falas e as informações que a autora levanta, provoca uma preocupação ainda mais impactante considerando os estudantes da zona rural. Tendo em vista os obstáculos gerados na educação geral, diante da exposição das professoras.

Considerando de modo geral os levantamentos feitos para alcançarmos as teses e dissertações temos em vista, que apesar de ser um assunto que abalou todos os sistemas do Brasil, inclusive o sistema educacional é possível perceber que as teses e dissertações ainda se encontram num número pequeno de trabalhos elaborados. Acredita-se que no decorrer dos próximos anos teremos muitas discussões que serão de extrema relevância para a educação e seu desenvolvimento.

3.2 O que foi levantado nos artigos pesquisados

Nos 34 artigos encontrados, nota-se uma maior consistência de estudo direcionado a educação básica em tempo de pandemia, sendo possível ver o engajamento dos autores discutindo sobre o assunto e argumentando os principais impactos causados na educação após convivermos neste contexto

Quadro 1 - Quadro geral dos temas encontrados nos 34 artigos levantados

Problemática	Quantidade
Condições de trabalho docente	7
Condições dos estudantes	17
Políticas públicas	5
Organização da gestão escolar	5

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Com essa busca, foi possível perceber a preocupação dos pesquisadores, principalmente na forma em que os estudantes estavam sendo atendidos nesse período pandêmico, quais foram as estratégias utilizadas para que não houvesse retrocesso no

processo de ensino e aprendizagem destes. Em relação aos estudantes da zona rural, percebe-se que as condições de acesso à metodologia proposta que foi o ensino remoto teve maior resistência, isso porque a realidade de vida desses estudantes se distancia dessa possibilidade de acesso.

Nos trabalhos voltados para as condições de trabalho do docente, foi notável os enfrentamentos que estes tiveram para conseguirem ministrar suas aulas de modo remoto, usar a tecnologia como uma ferramenta de apoio em suas aulas era uma coisa, mas nesse período tiveram que se apropriar dessas ferramentas para não perderem seus estudantes para a evasão escolar. Com os 5 artigos direcionados as políticas públicas, foi possível analisar como as providências estavam sendo tomadas para que a educação não se tornasse uma condição irreparável, neles foi possível observar os acertos e falhas que as organizações responsáveis mobilizaram em tempo de pandemia.

Entender como a gestão escolar amparou os estudantes neste contexto foi de suma importância, embora as instituições tenham sido fechadas por algum tempo, se fazia necessário entender como o suporte foi dado para esses estudantes. Sabemos que embora as políticas públicas conheçam seu papel, muitas ações na educação só são desenvolvidas devido à insistência de busca da gestão.

No primeiro texto analisado, os autores discutiram as possíveis alternativas para que os estudantes não fossem prejudicados de forma que não tivesse reparos, uma das soluções foi ensino remoto emergencial. De acordo com Da Silva e Souza (2021, p. 66062)

O ensino remoto emergencial (também denominado de ensino virtual) emergiu com a pandemia da Covid 19 diante da necessidade por alternativas remotas (virtuais) visando o prosseguimento das atividades educacionais. Houve uma espécie de virtualização (adaptação) do ensino presencial com uso das TDICs. Logo, os assuntos, apostilas, vídeos, material em linguagem híbrida são organizados e postados em aplicativos, ferramentas digitais, redes sociais, a exemplo de WhatsApp, Facebook, Google Classroom, Google Meet, Padlet, por exemplo. Também as aulas síncronas ocorrem por meio destas tecnologias digitais da informação e comunicação.

Entendemos que o ensino remoto emergencial foi uma opção que funcionou em partes, considerando a ausência total de aulas para os estudantes. Sabe-se que toda iniciativa de ensino passa por obstáculos até que estudantes e professores manuseiem as metodologias propostas. Com o uso das aulas remotas emergenciais, o que se tornou um ponto preocupante é como os estudantes, destacando os estudantes da zona rural, que não possuíam acesso à internet e as tecnologias, puderam ser beneficiados a partir desta solução. O ensino remoto emergencial surgiu como uma alternativa, para que os estudantes não fiquem sem aula. Porém, diante dos apontamentos do artigo, é visível a disparidade no que diz a respeito do

acesso à internet e aquisição de aparelhos tecnológicos que possibilite os estudantes acessarem os materiais para realização das atividades e dos encontros remotos. Isso nos leva a acreditar que esse trabalho surgiu como uma crítica em que devemos pensar e realizar alternativas que de fato contemplem todos os estudantes, independente do espaço em que reside e suas condições sociais.

Diante da leitura dos artigos é possível compreender que a pandemia serviu para presenciarmos de uma forma bem visível sem camuflagem a desigualdade social, a ausência de formações continuada para os professores, a falta de políticas públicas que sejam eficazes para cumprir as demandas que surgem no sistema educacional. Conforme Macedo et al (2021, p. 58)

A pandemia da Covid-19 trouxe à tona muitas vulnerabilidades sociais, a exemplo do grande número de estudantes sem acesso à Internet, e sem acesso até ao veículo mais utilizado, os canais de televisão, que não chegam em todos os municípios. Verificou-se que muitos municípios não possuem acesso aos canais locais, dificultando ainda mais a oferta de aulas que atendessem a todos os estudantes por meios midiáticos. Desta forma, a saída foi uma oferta híbrida: aulas pela TV, aulas pela Internet e aulas por meio dos roteiros impressos, entregues nas escolas, cujas famílias se responsabilizam pela retirada dos mesmos e os estudantes realizam as atividades e as devolvem na unidade escolar correspondente.

Nesse sentido nota-se que embora fossem criadas diferentes metodologias de ensino para que todos os estudantes tivessem acesso ao ensino remoto, encontramos diversas falhas que tem sido estudada e reformuladas até os dias atuais para que sejam solucionadas e convertidas em práticas que auxiliem os estudantes e professores no processo de ensino.

Os estudos levantados acerca do tema pandemia nos faz refletir que se porventura ela não tivesse acontecido, estaríamos em um atraso ainda maior na educação. Não que esse vírus tenha surgido como algo positivo, porém ele fez com que colaboradores que pesquisam, que estão à frente da educação buscassem métodos que contribuíssem com a aprendizagem dos estudantes. É um momento de adaptação para todos, existem os desafios, as tentativas, aquilo que deu certo e aquilo que não funcionou, mas sobretudo existe uma população brasileira que precisa usufruir de seus direitos e um deles é que as crianças tenham acesso a um ensino de qualidade.

Quando mencionamos a questão dos direitos de acesso à educação, devemos considerar o estudante do campo, que sempre foi alvo de desvantagens nesse processo. Porque observando a educação em tempos normais, vemos que as dificuldades para esses estudantes conseguirem estar na escola são existentes. Vivenciando um período pandêmico entendendo que ninguém estava preparado para essa situação que requereu adaptações de

todas as formas e tomando o aluno da zona rural como ponto crucial de discussão, sabemos que as condições de acesso à internet são bastante limitadas, o que gera transtornos no processo educacional para esses estudantes. Essa situação não deveria acontecer, porque se as políticas públicas funcionassem conforme são estabelecidas alcançaria todos os estudantes independentemente da sua localidade. Seriam desenvolvidas estratégias que contemplasse todos os sujeitos, colocando-os em primeiro lugar, compreendendo que os estudantes da zona rural também fazem parte da sociedade brasileira e que são seres que possui a capacidade de aprender e transformar a sua realidade para uma condição melhor.

As redes de ensino devem oferecer estratégias conforme cada realidade para que não seja agravada as desigualdades educacionais e sociais por isso o planejamento deve ser elaborado de forma que contemple todos os estudantes da sala de aula, buscando atingir metas que proporcionem o conhecimento e desenvolvimento dos estudantes.

A inclusão não é um termo novo, porém de extrema relevância. Dentro da educação observamos diversos trabalhos voltados para esse assunto, incluir um aluno dentro de uma instituição é entender e acreditar que mesmo diante das dificuldades do aluno que recebe uma educação especializada, este é capaz de aprender, desde que a escola tenha um atendimento diversificado com um currículo que acolha e incentive a permanência dessa criança na escola. Assim, é muito importante entender como essa inclusão tem ocorrido na pandemia, como os estudantes que necessitam de apoio especializado tem sido amparado pelos professores e escolas.

Tendo a inclusão como centralidade, constata-se que dentre as teses, dissertações e artigos estudados não foram encontrados trabalhos que referisse a pandemia e inclusão num mesmo assunto entre os anos de 2020 e 2021. Nesse sentido, ainda que a educação seja um direito de todos, defendido por leis, nota-se que num período como esse, que a educação necessitou alcançar diferentes condições para não prejudicar os estudantes temos a ausência de práticas que atendam os estudantes que dependem de um atendimento especializado para desenvolver as suas habilidades.

Trabalhar com a inclusão é saber que a escola não pode escolher o aluno que vai atender e sim acolhê-lo, a partir de um currículo que tenham práticas pedagógicas que auxilie e estimule esse aluno a construir uma aprendizagem a cada dia. Todavia com o contexto da pandemia, com a falta de trabalhos desenvolvidos a partir dessa temática, considerando a busca dos descritores citados anteriormente, compreende-se que é importante que sejam desenvolvidos trabalhos que contribuam com a educação no sentido de orientá-la como deve ser realizado o trabalho docente diante da condição do aluno que possui suas limitações. É

imprescindível, ainda, educadores que tenham preparo em sua formação para que assim consiga atender esse aluno com um ensino que vise qualidade em seu processo.

Sendo assim, dentre todos os trabalhos estudados para a realização dessa escrita, podemos dizer que com o passar dos anos, o aumento de trabalhos que busquem compreender e apresentar caminhos que sirvam como guia de melhorias para essa temática será de grande valia para as próximas reflexões.

3.3 Centralidade das produções sobre educação de estudantes do campo

Sabemos que todo cidadão brasileiro possui seus direitos e deveres apontados pela Constituição Federal de 1988. Deveres e direitos estes, que deveriam ser divididos de forma igualitária para toda sociedade brasileira. Entretanto, também sabemos que não é assim que acontece, que sempre terá um sujeito que terá mais vantagens que o outro. Considerando isso, temos os estudantes da zona rural que vivem diversas desigualdades sociais, podendo citar como a educação chegam para esses estudantes.

Os artigos estudados para a realização deste capítulo, apontam que a falta ou acesso insuficiente de aparatos para estes estudantes sobretudo em tempos de pandemia, faz com que as crianças sejam privadas daquilo que as outras estão conhecendo em cada aula. De acordo com Da Silva e Souza (2021, p. 66070)

Sendo assim, como o acesso à internet, determinadas vezes, é razoável ou ruim, precário, limitado, infelizmente o estudante não consegue acessar ou baixar todos os arquivos para estudo. Além disso, se buscar o acesso a todos os materiais disponibilizados, provavelmente os dados móveis acabam em poucos dias. Se o estudante não consegue acessar todo o material, logo terá um déficit no seu aprendizado, resultando em desmotivação em estudar, em realizar as atividades propostas. Se não for motivante, interessante, pode se caracterizar como ruim ou péssimo, resultando em abandono. Diante desta complexidade, as redes de educação empreendem esforço relevante na busca ativa dos estudantes e no desenvolvimento de estratégias visando a permanência na escola e contemplar-lhes com atividades impressas, denominadas costumeiramente de módulos ou apostilas. Este material costuma ser mais simplificado, busca-se em sua elaboração o caráter de “autoinstrução” para que os estudantes em quase todas as situações estudem e respondam sozinhos, sem a orientação do professor.

Entende-se que há uma busca de metodologias e de práticas pedagógicas que alcancem os estudantes de uma forma eficaz. Porém, sabe-se que para dar assistência aos estudantes da zona rural que estudam na cidade, essa busca deve ser pensada e trabalhada de forma minuciosa. Porque por mais que os materiais cheguem de forma simplificada, não é garantia de aprendizagem para nenhum deles, pois muitas vezes os pais não tiveram oportunidade de

estudar e por isso não saberá orientar a criança. Além disso, dependendo do ensino que foi adquirido pelo aluno, este não terá autonomia para realizar a atividade sozinho. Nisso percebe-se que o ideal é o acompanhamento do professor.

Mas como uma criança, que não tem acesso à internet, a um celular, poderá ter esse encontro remoto? Com essas situações a criança acaba desistindo de estudar e muitas vezes os pais não podem fazer nada, pois não tem uma condição melhor para oferecer para seu (s) filho (s).

Tomar os estudantes da zona rural como ponto central de estudo nos leva a uma investigação criteriosa, para que seja possível entender o porquê de tantas disparidades. Conforme Rodrigues e Batista (2018 apud AZEVEDO e NEVES, 2021, p. 35)

Essa exclusão é gerada porque a universalização do acesso depende de questões políticas e técnicas, saindo da concepção teórica de rede global, ou seja, a área de cobertura depende de equipamentos como antenas, relés, repetidores, roteadores, entre outros. Dessa forma, é importante que seja apresentada uma realidade que contempla a todos, não ignorando aspectos de segregação e desigualdade.

Para que esses estudantes sejam atendidos de uma forma positiva, considerando a pausa das aulas presenciais devido a pandemia, há todo um processo que deveria ter criado formas há muito tempo levando em conta que:

A partir do ano de 2011, a internet passou a ser reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como direito de todos os indivíduos, por caracterizar-se como instrumento essencial para procura, recebimento e transmissão de informações e ideias (FORNASIER e SCARANTTI, 2017 apud AZEVEDO E NEVES, 2021, p. 35).

Entretanto, é notável que os estudantes da zona rural, se encontram distante desse avanço tecnológico, o que se torna prejudicial para seu desenvolvimento enquanto aluno e cidadão que precisa se preparar para as exigências de uma sociedade, que escolhe aquele que é “melhor”. São muitos obstáculos a serem enfrentados para que os estudantes dessa parte consigam ter acesso a esses aparatos. Sendo assim, percebemos a necessidade de buscar medidas que funcionem com praticidade na vida escolar desses estudantes.

Azevedo e Almeida (2021, p. 50) confirmam “[...] o agravamento das desigualdades, pois, durante o período pandêmico, momento no qual houve uma grande necessidade de digitalização do acesso educacional, o ambiente rural enfrentou uma série de desafios, assim como não houve preparo suficiente das instituições e governos de modo geral.”

Dessa forma, entende-se que os problemas direcionados a educação rural, não é algo que surgiu com o cenário da pandemia, e sim problemas existentes de muito tempo, que antes eram camuflados, porém agora diante dos trabalhos elaborados, há uma insistência maior de buscas, de preocupações que querem entender porque a educação brasileira, possui essas falhas e falta de preparo, porque se considerarmos todo o cenário até aqui, percebemos que o Brasil está em atraso, é como se deixasse para agir na última hora.

Diante de todos esses fatores, é necessário que as políticas institucionais e governamentais ajam principalmente nos pontos de maior vulnerabilidade, para evitar o aprofundamento dos níveis de desigualdade educacional e suas posteriores consequências, como marginalização de grupos específicos, alta desigualdade de renda e de oportunidades (AZEVEDO E NEVES, 2021, p. 50).

Dessa maneira, visando todos expostos temos ciência que a educação pensada para os estudantes da zona rural necessita urgentemente de ações que contribuam com melhorias na qualidade de ensino dessas crianças, essa luta não é de agora e com o contexto da pandemia foi possível notar que há muito o que alcançar, acredita-se que não deveria ser dessa forma, que todos deveriam ser atendidos por equidade, entretanto se não são, que tenhamos cada vez mais, pesquisadores que se interessem pela causa e que investiguem e sobretudo que apresentem resultados capazes de melhorar a educação voltada para esses estudantes.

3.4 Presença de produções com atenção ao Tocantins e Arraias

Dentre os trabalhos produzidos voltados para o contexto da pandemia, foi possível encontrar um artigo que retrata a realidade do Estado do Tocantins e logo de início identifica-se que é um Estado que tem uma adaptação complexa, devido a diversidade encontrada. De acordo com Macedo *et al* (2021, p. 4)

O nosso país, em especial o estado do Tocantins com sua diversidade cultural, econômica e social, não tem condições de ofertar um atendimento equitativo aos estudantes e professores da rede estadual, uma vez que atende muitas comunidades quilombolas, indígenas e assentados da reforma agrária, além de municípios e cidades muitos distantes e de difícil acesso, como a região do Jalapão.

As mudanças nem sempre são fáceis de aceitar e ter domínio, passamos por muitas situações e nós como seres humanos, muitas vezes temos o direito da escolha. Entretanto a pandemia em si, é um cenário que não esperávamos viver e por isso acredita-se que foi necessário reformular, transformar e criar ideias que jamais foram pensadas. Partindo então de

experiências que não sabíamos se daria certo, como todo resultado de pesquisa, temos os pontos negativos e positivos. Embora muitas estratégias tenham sido assertivas dentro da educação, sabe-se que somos um povo de muita diversidade e nem sempre a qualidade chega da mesma forma para todos, diante de todos os trabalhos alcançados é possível averiguar as falhas existentes quando falamos de equidade.

Assim como as instituições de ensino dos outros estados foram fechadas, as do Tocantins tiveram que fechar, tendo como alternativa as aulas remotas, sendo iniciadas com os estudantes do Ensino Médio para não se prejudicarem em relação ao preparo para as provas do ENEM, mas logo em seguida os estudantes do Ensino Fundamental passam a ter as aulas remotas. A organização de encontros e atividades ocorreram da seguinte forma:

A SEDUC oferta para os estudantes que possuem acesso a internet aulas virtuais, e aqueles que não possuem acesso a internet, a família retira na escola os roteiros de estudos elaborados pelos professores, os estudantes respondem e entregam quinzenalmente na unidade de ensino para correção. Para os estudantes da zona rural o transporte escolar faz a entrega e a coleta, seguindo um cronograma (MACEDO et al 2021, p. 2).

O sistema educacional de todo o país precisou passar por alterações, cada parte buscou as melhores soluções para que os estudantes não se prejudicassem tanto, no seu processo de ensino. Como o estado do Tocantins possui muitos estudantes da zona rural, comunidades quilombolas e indígenas, esse material chega de forma impressa e é nesse ponto que voltamos a preocupação inicial, como esses estudantes podem de forma efetiva aprender os conteúdos apresentados sem ter a orientação do professor? Sabemos que a realidade de vida de muitos pais que residem nessas áreas, baseia numa vida de poucas oportunidades, muitos não são alfabetizados, nisso se torna indispensável o apoio dos professores para com esses estudantes.

Como as aulas presenciais foram canceladas, acredita-se que esses estudantes com situações delicadas de acesso, estarão em uma situação de desvantagens, quando retornarem as aulas presenciais, enquanto os estudantes que têm acesso as aulas pelas plataformas ofertadas neste período podendo ter um contato visual com os professores os outros, pelas dificuldades podem até não está conseguindo responder o material que lhes é entregue impresso.

Diante desses apontamentos, se faz necessário que o Estado do Tocantins continue buscando melhorias de acesso para os estudantes que se encontram em desvantagem, não é uma questão apenas de pandemia, mas também de preparo, de investimentos, de políticas

públicas e ação do governo que entendam que o cenário atual impactou bastante a educação brasileira e que para avançarmos teremos que trabalhar em cima das falhas existentes.

4 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA: ASPECTOS METODOLÓGICOS E INSTRUMENTOS DE INVESTIGAÇÃO

A pesquisa realizada tem como objetivo, analisar quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes que moram na zona rural e estudam em Arraias, como é o processo de aprendizagem, como os professores atuam diante das necessidades e como colaboram no ensino desses estudantes.

A pesquisa em um projeto é imprescindível, pois é através dela que o pesquisador irá construir conhecimento, saberá percorrer quais os caminhos necessários para questionar o problema existente. Com a pesquisa entende-se qual é o problema, quais são as causas e possíveis caminhos de solução.

De acordo com Gil (2002, p. 17)

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

Dessa forma entende-se que a pesquisa é o ponto crucial, para se ter uma resposta e com essa pesquisa pretende-se entender, analisar, responder porque mesmo com direitos constitucionalizados pela lei, tantos estudantes não conseguem ter acesso há um ensino de qualidade que atenda todas as demandas do processo de aprendizagem, necessários para uma criança se desenvolver.

Além da pesquisa bibliográfica já apresentada nos capítulos anteriores, a pesquisa de campo foi de punho qualitativo, buscando a partir de pesquisa documental nos registros da escola em seu Projeto Político Pedagógico e do questionário *on line* respostas da diretora e professores sobre as dificuldades vivenciadas no dia a dia dos estudantes que saem do seu espaço para que consigam ter acesso ao estudo.

Foi elaborado um questionário com perguntas fechadas e abertas, pois é fundamental analisar a percepção da diretora e professores que acompanham os desafios desses estudantes. O questionário foi elaborado de forma *on line* utilizando a ferramenta do “Google Forms” que após o contato, procedimentos necessários e autorização da Secretaria Estadual de Educação, foi encaminhado para a diretora e docentes que atendem esses estudantes.

Conforme Gil (1999, p. 128), o questionário surge “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às

peessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” Diante disso, pretendeu-se alcançar a partir desse questionário *on line*, repostas que dizem da realidade desses estudantes a fim de ser um trabalho que contribui com mudanças significativas na vida desses sujeitos, colaborando com justificativas que incentivem o governo a ter novas iniciativas que resolvam essas pendências.

A pesquisa de campo foi realizada na Escola Estadual Silva Dourado localizada no endereço: Avenida, Tv. Salvador Francisco de Azevedo, 6 - Santa Filomena, Arraias - TO, 77330-000. Os questionários foram direcionados a diretora e docentes da instituição, pelo fato de ter muitos estudantes das zonas rurais que estudam no local, nisso o conhecimento da realidade desses estudantes é uma experiência acompanhada e vivida por eles.

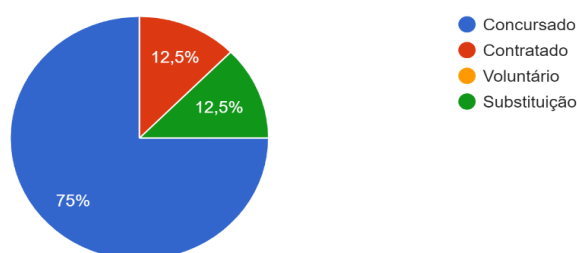
4.1 Participantes da pesquisa

Os sujeitos participantes desta pesquisa que contribuíram para a investigação deste estudo foram os docentes da Escola Estadual Silva Dourado.

Os docentes que responderam ao questionário tiveram seus nomes preservados e foram utilizados nomes fictícios para preservar a identidade de todos. Vale ressaltar que foi encaminhado todas as documentações necessárias para autorização da pesquisa de campo.

Gráfico 1 – Situação profissional dos docentes da Escola Silva Dourado

2. Qual a sua posição enquanto profissional docente na escola?
8 respostas



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

O gráfico acima apresenta como está distribuído o corpo docente da escola. Observa-se que a maioria dos educadores respondentes é concursada, sendo o percentual de 75% e o que estão há mais tempo trabalhando na escola.

Foi indagado ainda a partir do questionário há quanto tempo os docentes respondentes desta pesquisa atua na escola. Tivemos uma média de 4 anos, sendo que há professores que atuam entre 1 e 7 anos na escola. O questionário contendo 15 perguntas fechadas e abertas foi aplicado para os docentes da Escola Estadual Silva Dourado, os nomes fictícios das entrevistadas seguiram a seguinte ordem: D1, 2D, D3, D4, D5, D6 e D7.

Vale ressaltar que, no questionário foi enviado para todos os docentes, embora não tenha sido alcançado as respostas de todos. O questionário teve alguns quesitos a serem preenchidos a fim de saber a posição profissional, o tempo em que trabalham na escola, essas informações são importantes para observar a experiência profissional e se os educadores conhecem os estudantes e realidade dos estudantes que estão acompanhando.

Quadro 2 – Síntese dos dados das professoras participantes da pesquisa

Diretora e docentes	Situação	Tempo de atuação na área
D1	Concursado	2 anos
D2	Concursado	4 anos
D3	Concursado	4 anos
D4	Concursado	3 anos
D5	Concursado	8 anos
D6	Substituição	1 ano
D7	Contrato	7 meses

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

5 CAMPO DE OBSERVAÇÃO E ANÁLISE QUALITATIVA DOS RESULTADOS

Quando pensamos nos estudantes do campo que estudam na cidade, devemos nos atentar a todas as situações, entre elas: como esses estudantes são recebidos no espaço escolar. Como os professores lidam com as situações vivenciadas por esses estudantes no dia a dia, em questão de não chegar no horário certo, ou não conseguir ir à aula por algum ocorrido que os impossibilitou sua presença no dia, como é a disposição destes estudantes para participarem das atividades desenvolvidas.

É de suma importância saber se os estudantes da zona rural são tratados com algum tipo de preconceito ou discriminação por seus colegas e/ou outros que fazem parte da instituição e como os responsáveis pelo bom andamento da instituição enquanto espaço que colabora para a construção desses sujeitos, como pessoas e integrantes de uma sociedade, se posicionam para garantir que a educação aconteça de forma equivalente a todos.

São pontos essenciais para serem analisados, para que possamos entender de fato se os estudantes passam por desafios e como pode ser desenvolvido o planejamento em busca de soluções que melhore o seu processo de ensino.

5.1 Mapeamento dos dados da Diretoria Regional de Ensino da Secretaria de Educação, Juventude e Esportes do Estado do Tocantins em Arraias (TO)

Esse mapeamento foi realizado a partir de uma entrevista presencial com a Diretora Regional de Educação, Juventude e Esportes de Arraias - TO, no dia 22 de setembro de 2021. Foi feito todo procedimento necessário para que esse contato ocorresse. Antes de ir à secretaria regional, a diretora teve ciência do que se tratava a pesquisa em questão, pois foi comunicada por e-mail. Foram elaboradas perguntas para entendermos como a diretoria desenvolve o trabalho com esses estudantes como foram pensadas as estratégias para atendê-los diante da pandemia e como tem sido pensada e repassada as práticas pedagógicas para estimular esses estudantes para a volta das aulas presenciais.

Primeiramente, a diretora mencionou que há todo um preparo para atender os estudantes da zona rural, que uma empresa de transporte que é enviada pela Seduc, paga pelo governo. Se denomina Atlântida que atende toda a zona rural. São traçadas as rotas que são revistas em todo início de ano, a partir das matrículas e reorganizadas, caso haja necessidade. Esses transportes ficam responsáveis em fazer o trajeto desses estudantes. No período da

pandemia o atendimento para esses estudantes estava sendo feitos a partir dos roteiros, que são os blocos de atividades que eram levados para os estudantes de quinze em quinze dias.

Foi destacado nessa entrevista, que o ensino remoto foi uma ação inalcançada pelos estudantes do campo do Tocantins devido a falta condições que poderia ser trabalhada para atender esses estudantes. Logo no início da pandemia, a Seduc preparou um diagnóstico para avaliar essas condições de acesso, as escolas enviaram questionários para os pais através do transporte que serviu como mediador de contato. Segundo a diretora, o que constata é que não teria como trabalhar com esses estudantes nessa modalidade devido a instabilidade de acesso.

Diante da pandemia a diretoria regional se preocupou em saber como as atividades chegariam para os estudantes. Para isso, aconteceram reuniões com os gestores das escolas e o responsável em avaliar as condições dos transportes. A diretora relata que para a realização das rotas para entrega de roteiros, vai o motorista e o monitor que fica responsável pela coordenação dos estudantes. No período pandêmico uma das dificuldades abordadas pela diretora regional foi o organizar o tempo de entrega dos roteiros, porque as vezes a escola organizava o material e como era quinzenal, o transporte se preparava para pegar os materiais de todas as escolas, porém acontecia muitos problemas técnicos como é o caso da impressão e isso dificultava o repasse.

Com a pandemia, foram feitas algumas ajudas de cestas básicas para esses estudantes e familiares da zona rural, que eram levadas pelo ônibus da empresa, que não fez quebra de contrato e com isso auxiliou bastantes nesses trajetos. Com o retorno das aulas presenciais as escolas receberam uma formação para a manipulação dos alimentos. As profissionais responsáveis em produzir o lanche dos estudantes na escola, receberam o auxílio da equipe que são 4 funcionárias no apoio de alimentação e 1 nutricionista. A diretora nos informa que a Seduc passou por uma formação e passou adiante nas escolas.

Questiona-se a partir da entrevista se os estudantes do campo recebem uma alimentação reforçada ou um lanche mais cedo devido sair muito cedo de casa e muitas vezes não terem tempo ou condições de fazer um lanche adequado. Ela deixa registrado que os estudantes do Silva Dourado não têm, porque chegam na escola pela manhã e saem às 11:30 h então só se alimentam com o que fornecido no horário do lanche. Foi mencionado a partir dessa fala, que com a pesquisa de campo foi ouvido relatos não só da diretora, mas também de outras professoras que observam que os estudantes por saírem muito cedo de casa, acabam sentindo a necessidade da alimentação antes da hora do intervalo.

A diretora relata que a iniciativa a ser tomada deve ser sistematizada por entender que a maioria das escolas do município recebem estudantes do campo. Contudo, existem as

normativas que determina a quantidade e o quanto pode ser gasto para cada aluno. Foi mencionado que o sistema financeiro da educação que repassa a verba para alimentação, aumenta um pouquinho o custo para alimentação dos estudantes do campo. Entretanto acredita-se que a melhoria que pode ser gerada deve ser uma ação política de Estado.

Com a entrevista foi obtido os dados que as escolas do município atendem no geral 1309 estudantes. Sendo que 325 estudam na Escola Silva Dourado e desses, 56 são da zona rural, que antes da pandemia iam às aulas todos os dias; durante a pandemia faziam atividades por roteiros quinzenalmente e que o retorno ocorre de forma gradativa. Esses estudantes moram em fazendas próximas ao município de Arraias.

5.2 Mapeamento dos dados da Escola Estadual Silva Dourado em Arraias-TO

A Escola Estadual Silva Dourado está localizada na zona urbana de Arraias e atende 5 modalidades: Ensino fundamental, Ensino médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Sistema prisional e a Educação especial. Os horários de funcionamento da instituição ocorrem da seguinte maneira: turno matutino das 7h às 11h25; turno vespertino das 13h às 17h25; e turno noturno das 18h50 às 22h10.

A história dessa escola teve início em 1927, quando o seu funcionamento ocorria em salas públicas que separavam os estudantes de acordo com o sexo. Meninas nas salas do sexo feminino e meninos em salas do sexo masculino. Entretanto houve a necessidade de fazer com que essas salas avulsas, tivessem um espaço organizado para que atendesse os estudantes do município e região. Sendo assim, o prefeito da época Gaudêncio de Carvalho, fez uma solicitação ao governo estadual colocando em pauta a preocupação em ter uma instituição que correspondesse com o desenvolvimento dos estudantes.

Conforme o Projeto Político Pedagógico (2022, p. 10)

Aos vinte e oito dias do mês de março de 1937 foi inaugurada a escola na nova instalação do Grupo Escolar Silva Dourado na Praça da Matriz, onde hoje se localiza o Banco do Brasil, primeira escola Pública Estadual do Município de Arraias, sob a direção da professora Leocádia Dourado Santa Cruz, funcionária da prefeitura indicada pelo prefeito Gaudêncio de Carvalho.

Entretanto a escola funcionou em três prédios até chegar o endereço atual. Segundo o PPP (2022, p. 14) o corpo docente é formado pelos seguintes profissionais:

A Escola conta com 17 Professores graduados e sendo que desse total, tem 14 pós-graduados, 01 Diretor, 01 Secretária, 01 Coordenadora de Apoio Financeiro, ambos pós-graduadas, 03 Coordenadores Pedagógicos ambos pós-Graduadas, 01 Orientadora Educacional, 03 Coordenadores de Apoio Pedagógico, 01

coordenadoras de programas e projetos e 13 funcionários administrativos, sendo assim formado o corpo administrativo e também pedagógico.

Nesse sentido, entende-se que a escola possui uma equipe preparada para atender todos os estudantes são profissionais qualificadas para a função que é responsável, nisso é de suma importância desenvolver um trabalho de qualidade que impulse o desenvolvimento dos estudantes.

De acordo com o PPP (2022, p. 14)

A Escola Silva Dourado possui uma clientela (sic) com características bem peculiar. A clientela que compõe esta unidade escolar é de baixo poder econômico e cultural. A maioria é proveniente do próprio município, zona rural e urbana. Do total de estudantes que nós temos, em torno de 25% são campistas, (sic) ou seja, são residentes em áreas rurais variando de 2km a 60km de distância da escola. Estes estudantes em especial tem uma rotina bem desafiadora, valendo destacar os casos dos discentes que acordam por volta das 03:00h para em seguida deslocar cerca de 1 a 2km até o ponto do transporte escolar enfrentando o escuro e o risco de ataques de animais selvagens como onça, lobo guará, cobras e etc... No retorno para suas casas após o término das aulas, realizam um percurso que duram em média 3 horas de viagem até chegarem em suas respectivas residências.

O documento citado, apresenta que 25% dos estudantes são estudantes que residem no campo e conforme é mencionado em diferentes partes desse trabalho, o acesso à educação é uma situação bastante complexa para esses estudantes. Ao observar a rotina que acabam sendo obrigados a seguirem desde o seu levantar e retorno para casa, desperta uma preocupação que percebe a necessidade de buscar respostas para compreender por que para esses sujeitos, a educação chega de forma tão limitada. Ao deparar com uma afirmação dessa nos faz entender que a escola entende a grandeza dos problemas vivenciados por esses estudantes. A instituição percebe que esses estudantes passam por situações que chegam a ser perigosas para as suas próprias vidas.

Dessa forma entende-se que a Escola Estadual Silva Dourado é uma instituição que busca atender as necessidades de aprendizagem dos seus estudantes. Observa-se que é uma instituição que atende 5 modalidades e por isso acaba se tornando um ambiente complexo devido às exigências. É possível perceber que o público dessa escola é muito diversificado nisso, as propostas pedagógicas são estabelecidas de acordo com a necessidade e condição de cada aluno. Todavia quando buscamos no documento práticas pedagógicas que trabalhe a existência e valorização do aluno do campo, não encontramos.

No período pandemia, a escola teve que se preparar da melhor forma possível para conseguir atender os estudantes em todas as modalidades. Foi organizada uma sala de apoio que fazia a mediação entre os estudantes e docentes. Nessa sala havia caixas de papelão em

cima das carteiras que em tempos normais são utilizadas pelos estudantes. Nessas caixas eram indicados a modalidade e série de cada aluno, lá dentro ficavam os blocos de atividades colocados em pastas, que eram para ser entregues e devolvidos. Segundo Vieira e Ricci (2020, p. 3)

[...] cabe à escola, neste momento, provar que suas estruturas não são tão rígidas, e que a palavra de ordem é a flexibilidade, por meio de projetos adaptados à situação, envolvendo a leitura de bons livros, filmes, situações de aprendizagem vinculadas à experiência social de isolamento e enfrentamento de uma pandemia mundial, questões que independem de um currículo rígido, demonstrando às escolas que os desafios às crianças são de outra ordem.

O empenho em aprofundar se faz necessário para que possamos entender quais ações são desenvolvidas e quais precisam se aprimorar ou se tornar existentes, porque é de suma importância num âmbito da pesquisa de campo, compreender o que está proposto nos documentos e o que de fato é desenvolvido na instituição

5.2.1 O que dizem a direção da escola e o corpo docente

Quando pensamos nos estudantes do campo que estudam na cidade, devemos nos atentar a todas as situações, entre elas: como esses estudantes são recebidos no espaço escolar. Como os professores lidam com as situações vivenciadas por esses estudantes no dia a dia, em questão de não chegar no horário certo, ou não conseguir ir à aula por algum ocorrido que os impossibilitou sua presença no dia, como é a disposição destes estudantes para participarem das atividades desenvolvidas.

É de suma importância saber se os estudantes da zona rural são tratados com algum tipo de preconceito ou discriminação por seus colegas e/ou outros que fazem parte da instituição e como os responsáveis pelo bom andamento da instituição enquanto espaço que colabora para a construção desses sujeitos, como pessoas e integrantes de uma sociedade, se posicionam para garantir que a educação aconteça de forma equivalente a todos.

São pontos essenciais para serem analisados, para que possamos entender de fato se os estudantes passam por desafios e como pode ser desenvolvido o planejamento em busca de soluções que melhore o seu processo de ensino.

O questionário foi composto por 15 perguntas fechadas e abertas e direcionadas a diretora e todos os docentes da instituição. Obteve 7 respostas e a partir delas será apresentado a análise de dados.

Foi indagado como os docentes identificavam os estudantes que são do campo e estudam na escola, dentre as respostas tivemos a seguinte pontuação: “São os estudantes que

mais têm dificuldades para realizarem as atividades, dificuldades em relacionar com outros colegas e professores, esses estudantes têm muita dificuldade em fazer leitura dos textos, ainda estão no processo de Alfabetização e Letramento”

Foi possível analisar que embora tenha docente que diz não ter estudantes que estudam no campo ou ainda aquele que diz que vê os estudantes iguais com deveres e direitos, existe o olhar do docente que nota a disparidade dos estudantes que são do campo. Dificuldades essa que são visíveis desde a convivência com os colegas e professores até o desenvolvimento do que é proposto em sala de aula.

Em outra pergunta do questionário foi indagado aos docentes quais os desafios que eles observavam que os estudantes enfrentavam para frequentar aulas antes da pandemia e foi obtido as seguintes respostas: “Saírem de casa às 3 horas da madrugada e dormirem durante as aulas” (D1); “A frequência diária por n-motivos” (D2); “Transporte escolar, estradas ruins. Não é fácil promover o ensino especialmente para as crianças que moram mais distante, pois ficam cansadas com a viagem diariamente” (D3); “Falta de tecnologia” (D4); “Os mesmos de hoje... transporte escolar para frequentar reforço ou outra atividade no contra turno. Falta de Internet” (D5); “Eu não ministrava aulas nesse período anterior a pandemia” (D6).

[...] esta pandemia tem evidenciado a desigualdade que demarca nossa sociedade, pois, enquanto algumas crianças têm acesso à tecnologias de ponta, possuem acesso ilimitado à internet e recebem em casa o apoio dos pais/responsáveis, tantas outras ficam à margem deste processo, seja pela falta de equipamento tecnológico adequado em casa, seja pelo fato de os responsáveis dedicarem-se à outras preocupações, seja por estes não terem a formação escolar adequada para orientá-los em relação à realização das atividades ou, ainda, por situações de extrema pobreza e vulnerabilidade social. Questão indiscutível refere-se ao fato de que a ausência da mediação presencial do professor em relação às situações de aprendizagem torna obrigatório que, no retorno das aulas presenciais, levemos a cabo outra reflexão que há tempos perpassa os espaços escolares, sem o devido alcance em termos práticos, que se trata da individualização do ensino e dos processos avaliativos (VIEIRA e RICCI, 2020, p. 3).

Questionar os educadores como eles observaram os estudantes do campo nesse período em que exigiu tanta mudança em todas as partes da vida, se faz importante para que seja reforçado o que foi apresentado com o desenvolvimento deste trabalho. As dificuldades são existentes, o acesso ao ensino para esses estudantes é mais complexo. As metodologias de ensino desenvolvidas nem sempre agregam a realidade desses estudantes. A disposição desses estudantes acaba sendo limitada devido aos empecilhos que enfrentam no dia a dia, como é o caso das crianças que necessitam levantar as três horas da manhã. E falta de acesso à tecnologia é uma situação que dificulta o processo de aprendizagem desses estudantes.

Outra pergunta apresentada no questionário, interroga os educadores se eles notam o agravamento no processo de ensino e aprendizagem voltados para os estudantes do campo no período da pandemia, foi obtido as seguintes respostas: “Com certeza, com o retorno os estudantes chegaram com mais dificuldades de aprendizagem e adaptação a rotina escolar” (D1); “Empecilhos normais de quem mora em local que acesso é difícil. Por causa da falta da internet. Localidade” (D2); “Certamente. Não foi fácil, assim como não foi também com as crianças da área urbana. O meio de comunicação mais utilizado era o WhatsApp e infelizmente grande parte das famílias não tem acesso à internet” (D3); “Com certeza muito difícil, porque nem sempre eles e nem nós recebíamos os roteiros” (D4); “Sim” (D5); “Somente por meio dos roteiros de estudos” (D6); “Foi difícil, porque as vezes, não possuía recursos ou verbas para pagar o Wi-Fi”. (D7).

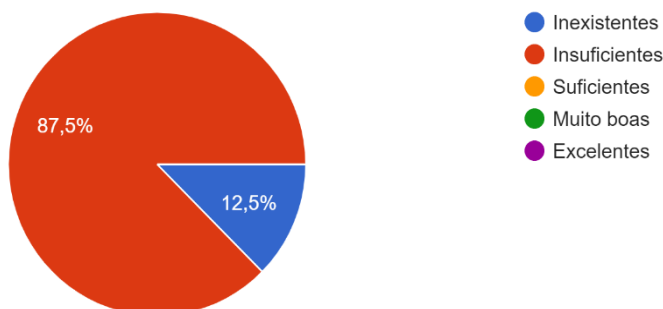
Diante das percepções dos educadores observa-se que o ensino para os estudantes em geral em tempo de pandemia, foi uma situação delicada. Principalmente para os estudantes do campo que sofrem com a carência de acesso aos recursos facilitadores para o atendimento remoto que foi a metodologia utilizada para que os estudantes não tivessem tanto retrocesso no ensino. Nota-se que o roteiro de ensino foi uma forma de auxiliar os estudantes que não tinha acesso a aula remota, porém fica claro com a resposta do Docente 4 que nem sempre esse material era alcançado pelos estudantes e educadores. Sendo assim, esses estudantes ficavam, sem conhecer o conteúdo que foi apresentado nesse roteiro.

É possível compreender que com o retorno das aulas presenciais, esses estudantes chegaram com mais dificuldades para absorver o que é proposto, para eles não foi só a questão de readaptação no espaço escolar e sim o atraso que tiveram devido a impossibilidade de acesso às aulas remotas.

Gráfico 2 – Avaliação das políticas públicas para a Educação do Campo dos docentes da Escola Silva Dourado

8. Como você avalia as políticas públicas voltadas para a “Educação do Campo”?

8 respostas



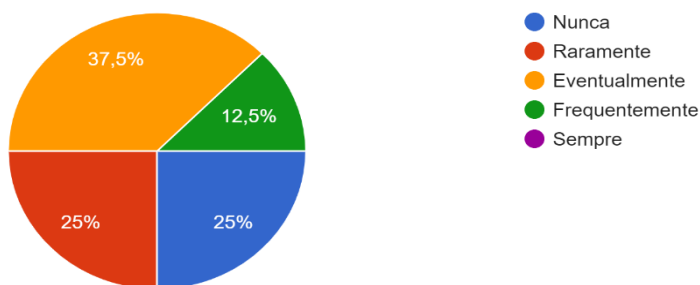
Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Foi questionado a diretora e aos docentes como estes avaliavam as políticas públicas direcionadas aos estudantes do campo e diante dos dados obtidos fica visível que há muito o que ser feito dentro dessa instituição para que os estudantes do campo tenham uma acessibilidade eficaz para o seu desenvolvimento. Não é algo que precisa apenas de reparo, são políticas que precisam ser desenvolvidas em prol de colocar esses estudantes como sujeitos que vão desenvolver suas habilidades, a partir das estratégias, atendimentos e investimentos voltados para a sua educação. O gráfico 3 mostra claramente que os docentes respondentes conhecem essas falhas. Não foram respostas que se dividiram, fica nítido que as políticas públicas são insuficientes chegando a ser avaliada como inexistente dentro da instituição.

Gráfico 3 – Percepção da diretora e dos docentes diante da discriminação em relação às/aos estudantes que moram na zona rural

13. Você percebe ou já percebeu algum tipo de discriminação em relação às/aos estudantes que moram na zona rural?

8 respostas



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Ao analisar esse gráfico composto das respostas da diretora e dos docentes que responderam o questionário, nota-se uma divisão de opiniões. Foi um questionário individual para que cada um, tivesse a liberdade de responder como viam a educação e todo seu processo direcionados aos estudantes do campo. Questionar sobre a discriminação no ambiente escolar sempre será um ponto importante, a escola é um espaço diverso, onde as diferenças devem ser respeitadas. Nesse sentido, é crucial compreender como os componentes que fazem parte da instituição percebem a discriminação.

Diante do olhar dos profissionais respondentes, observa-se que notam a discriminação voltadas para esses estudantes. Ainda que o olhar dos respondentes diante dessa situação seja variado de acordo as opções disponibilizadas, 75% conseguem perceber essa distinção e apenas 25% diz nunca ter visto alguma ação de discriminação com esses estudantes.

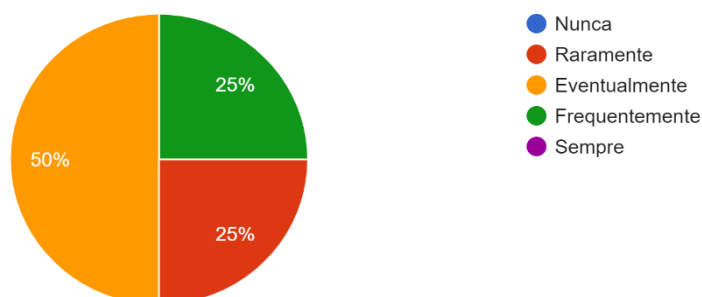
Observar esse resultado, faz refletir em todo contexto da educação do campo, sua trajetória, os movimentos sociais em busca de atendimento com igualdade. É uma situação preocupante, pois o ambiente que seria para desmitificar estereótipos e preconceitos acaba sendo um lugar que cria esses tipos de acontecimentos. Acredita-se que a gestão deve promover trabalhos voltados para a realidade de vida desses sujeitos, mostrando para todos o que a história deles representa e o quanto esses estudantes e seus familiares são importante na construção de uma sociedade por diversos motivos.

Questiona-se ainda se são desenvolvidas atividades pedagógicas que promovem a valorização da cultura desses estudantes. E com o gráfico 4 foi obtido os seguintes dados:

Gráfico 4 – Desenvolvimento de atividades pedagógicas valorizando a cultura do campo

15. Vocês desenvolvem atividades pedagógicas que valorizam a cultura das/os estudantes que moram na zona rural?

8 respostas



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

5.3 Análises possíveis ou o que digo

A Educação do campo surgiu como uma proposta de melhorias para os cidadãos que vivem na zona rural. Antes, esses chegavam a ser menosprezados por viverem nesse espaço e não tinha a educação voltada para a sua realidade. Ao percorrer o caminho da educação rural, que depois de muitas lutas dos movimentos sociais passa a ser denominada por Educação do Campo na tentativa de alcançar equidade no sistema educacional, é notável que os estudantes nunca tiveram um amparo aprofundado das políticas públicas, tudo que enxergamos como progresso é fruto de muita luta e persistência. Muitas vezes a colaboração dos envolvidos são de forma superficial ou em torno de interesses. É o que é percebido quando se adentra no contexto dessa educação.

Os estudantes do campo são sujeitos capazes de desenvolver habilidades e competências como qualquer outro estudante. Desde que tenham suporte e condições de acesso no ambiente escolar. Desenvolver essa pesquisa fez refletir que muito retrocesso no processo de ensino-aprendizagem ocorre devido à falta de apoio e investimentos em recursos e oportunidades que beneficiem esses estudantes. Acredita-se que as iniciativas das políticas públicas, instituição e projetos deve integrar todos os estudantes independentemente das suas condições ou localidade que reside, as oportunidades devem ser oferecidas de forma igualitária a todos os estudantes da instituição.

Todavia, sabe-se que as políticas públicas nem sempre priorizam oferecer um ensino de qualidade e nisso podemos encaixar todos os estudantes. Tudo que é bom, exige gastos e

investimentos, além de tudo torna o sujeito um ser crítico que se posiciona diante das questões e decisões do país, isso não é algo atraente para quem muitas vezes quer ter como resposta o silêncio dos cidadãos. Pensando nos estudantes do campo observa-se que são cidadãos que sofrem bastante para ter acesso a um direito que é seu, que é a educação. São estudantes que ficaram em desvantagem no processo de ensino e aprendizagem, principalmente no contexto da pandemia. Com a análise de dados do questionário aplicado para a diretora e os docentes da escola em que foi realizada, percebe-se diante das respostas dos participantes, que esses estudantes não tiveram acesso ao ensino remoto, devido à instabilidade e inexistência dos recursos digitais, que foram instrumentos importantíssimos nessa fase que vivemos. Os roteiros de atividades nem sempre chegavam para os estudantes e por isso não retornavam para os professores. Com isso, voltaram com mais dificuldades de aprendizagem para as aulas presenciais.

Nota-se que apesar da intenção da educação do campo ser a de [...] "Contribuir com o desenvolvimento de políticas efetivas, em favor de um número significativo de trabalhadores e trabalhadoras que têm sido excluídos do processo de escolarização durante a história social e educacional do Brasil" (MACHADO, 2017, p. 18329) quando averiguamos como essa educação está sendo oferecida para esses estudantes nos deparamos com falhas que iniciam nas políticas públicas e se estendem nas práticas pedagógicas na escola em sala de aula.

Para que ocorra melhorias no processo de aprendizagem desses estudantes é imprescindível que sejam tidos como ponto crucial de discussão ou seja, as propostas de práticas pedagógicas devem ser elaboradas pensando no perfil de cada aluno, mas entendendo que na sala de aula existem estudantes que convivem uma realidade diferente dos demais.

As políticas de estado deveriam se preocupar com os desafios que os estudantes do campo enfrentam para estar na aula, que muitas vezes só se fazem presente, pois o cansaço da rotina desanima e os impossibilita de aprender. Fora os perigos que encaram, como é destacado no Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Silva Dourado (2022).

Acredita-se que o investimento na construção e manutenção de escolas no campo seria uma ação que avançaria a qualidade de ensino e de vida desses estudantes. Sabe-se que a quantidade de crianças que saem do campo para estudarem no município de Arraias não é uma quantidade mínima. É importante que esses sujeitos não tivessem como única alternativa, fazer esse trajeto. Pensando em Políticas Públicas do Estado do Tocantins, poderia ser um acerto investir em escolas do campo, escolas preparadas para atender exclusivamente esses estudantes com professores capacitados que possuam como principal preocupação o desenvolvimento satisfatório dos estudantes. Docentes que façam cursos de formação

continuada e que tenha apoio para a realização, que busquem novos aprendizados e que estejam aptos para encarar os desafios da educação do campo.

Com escolas do campo bem estruturadas, gestões organizadas que se preocupam com a qualidade de ensino que deve oferecer, professores dispostos e apoio constante das políticas públicas, acredita -se que os resultados aconteceriam de forma positiva. Os estudantes não seriam privados do conhecimento. O planejamento de aula, seria traçado de acordo com a sua realidade. Os estudantes teriam disposição e estariam motivados em saber que foram alvo de preocupação que obteve efeitos positivos.

Sabe-se que seria existente o problema da distância. Nisso seria estudado a quantidade de estudantes e o melhor local para atender o máximo de estudantes os que continuassem distantes, seriam levados pelo transporte escolar, que continuaria sendo uma alternativa de trajeto, só que em melhores condições e mais curto o percurso.

As tecnologias fariam parte dessa construção, pois seriam analisadas formas inserir a conexão nas instituições do campo, para que os estudantes pudessem usufruir desses recursos. Seria uma ação das políticas públicas em prol da garantia dos direitos norteados pela Constituição Federal, também uma maneira de corrigir as distorções sociais e educacionais, principalmente desses sujeitos que foram lesados por muito tempo no sentido de adquirir seus direitos

6 CONSIDERAÇÕES

O presente trabalho de conclusão de curso buscou por meio das pesquisas bibliográficas e de campo, compreender por que o acesso à educação básica é tão desafiador para os estudantes do campo. Antes disso, ao contexto histórico da educação que hoje é chamada de educação do campo. Percebeu-se que os moradores desses ambientes, nunca foram colocados como prioridade no sistema educacional. As conquistas alcançadas foram frutos lutas dos grupos de movimentos sociais que não suportava ver essa parte da população ser abandonada nesse processo. Com isso reivindicaram os direitos apresentados na constituição federal.

Averiguou-se que os estudantes do campo tratados sem que se considerassem suas especificidades passavam por muitos obstáculos, entretanto estes se intensificaram com a pandemia da COVID-19. Podemos enfatizar que as estratégias adotadas pela escola para atender esses estudantes não obtiveram resultados eficazes, isso foi percebido com a análise de dados. Docentes ressaltaram que os estudantes provenientes do campo voltaram para o ensino presencial com mais dificuldades que antes. Isso era um resultado esperado, porque sabemos que com a ausência das aulas presenciais muitos desses estudantes ficaram sem apoio algum, para explicação e realização das atividades. Não são todos os pais que tiveram oportunidade de estudar e por isso permaneceram analfabetos, que se esforçam para que seus filhos tenham uma realidade diferente da sua, mas não possuem a capacidade de auxiliar seus filhos com as atividades.

Com a realização dessa pesquisa fica evidente, que embora o contexto histórico da educação do campo aponta muitos avanços, que são resultados de muitas lutas e organização dos movimentos sociais, temos uma realidade que é vivida por estudantes de toda parte do Brasil que necessita de ações repensadas que tenham o cuidado em priorizar o desenvolvimento desses estudantes que vivem o retrocesso por falta de preocupação dos responsáveis do sistema educacional.

Assim, pretendeu-se contribuir para os estudos na área da Educação, a fim de enfatizar os desafios enfrentados pelos professores frente as diversas dificuldades que surgem no decorrer de suas carreiras, trazendo como foco a adaptação deles. Esse trabalho teve como expectativa também, mostrar que é urgente a precisão de uma maior reflexão para formação continuada de professores em relação à educação rural, utilizando metodologias de ensino dentro das salas de aulas que façam ser eficazes o desenvolvimento destes estudantes pois os

professores precisam estar bem preparados para vários tipos de situações que surgem no decorrer do processo de ensino.

As políticas públicas educacionais, necessitam ser apontadas como uma das principais responsáveis desse atraso no processo de desenvolvimento educacional desses estudantes porque sabe-se que os órgãos governamentais não se preocupam em investir e elaborar uma educação que promova a ascensão desses sujeitos, o pouco que faz, é devido as solicitações que chegam a ser recorrentes para alcançar algum resultado.

Essa realidade exige medidas efetivas e urgentes que sugerimos: a) Plano de ação das políticas públicas educacionais que tracem metas voltadas para realidade desses estudantes b) investimentos que sejam voltados para construção de escolas do campo, com estrutura e recursos necessários para desenvolvimento das práticas pedagógicas de ensino, além de auxílio financeiro para oferecer suporte e alimentação adequada, c) a formação continuada para os docentes e também para a equipe administrativa das escolas, com o objetivo de capacitar todos, para que a escola seja um espaço organizado e pronto para encarar todos os desafios propostos ou que surgirem, d) preparo de uma equipe de monitoramento que teria a função de acompanhar essas escolas com frequência para observar as condições do espaço, o que falta, o que precisa ser melhorado, entre outros aspectos, e) Valorização do trabalho docente, reconhecer e estimular a busca de meios que inovam e expande o conhecimento dos estudantes f) transportes adequados e melhorias das estradas para que o deslocamento dos estudantes sejam feitos com segurança, além de motorista e sobretudo monitor (a) que acompanhe com olhos atentos a chegada e saída desses estudantes do ônibus.

Dessa forma, em virtude dos fatos aqui mencionados, é possível concluir que os resultados desse estudo confirmam que as falhas no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes do campo são existentes, de forma que dificultam que o progresso desses estudantes ocorra. A educação desses estudantes foi fortemente impactada pela pandemia do novo Corona vírus e o distanciamento social, o período pandêmico vivenciado principalmente por esses estudantes foi um momento desafiador e que diante dos resultados obtidos causou grandes transtornos que se não forem trabalhados para se desenvolver, serão irreparáveis.

REFERÊNCIAS

- ARRAIAS, Plano Municipal de Educação do Município de Arraias- PMEA. SEMED ARRAIAS Educação e compromisso com o futuro. (2015)
- AZEVEDO, Vanessa Ragone; NEVES, Pedro Almeida. Desigualdades educacionais à luz da Covid-19: disparidades do meio rural e urbano. **Revista de Desenvolvimento e Políticas Públicas**, v. 5, n. 1, p. 25-54, 2021.
- BRASIL, Ministério da Educação, (2006). **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais**. Brasília, MEC/ SEESP.
- CALDART, Roseli Salette. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. **Revista Trabalho Necessário**, v. 2, n. 2, 2004.
- COSTA, Miriam Fernanda. **Os conflitos vivenciados em torno do trabalho docente na perspectiva de professores da educação básica em contexto de pandemia**. Juiz de Fora 2021, 326p.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- _____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002
- MACHADO, Luane Cristina Tractz. Da educação rural à educação do campo: conceituação e problematização. In: **Educere XIII Congresso Nacional de Educação. IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação–SIRSSE. VI Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente (SIPD/CÁTEDRA/UNESCO)**. ISSN. 2017. p. a2176-1396.
- MACEDO, Maria de Lourdes Leoncio; DOS SANTOS, Jocyleia Santana; ROCHA, José Damião T. Narrativas do ensino de história na Amazônia Legal em tempos de pandemia da Covid-19. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 64, p. 54-64, 2021 net
- Projeto Político Pedagógico Da Escola Estadual Silva Dourado. Arraias-TO, 2022
- ROSSI, Wagner Gonçalves. Capitalismo e educação contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista. 2º edição, São Paulo. Moraes 1980.
- SACRISTAN, Gimeno Gomez A. Pérez. **Compreender e transformar o ensino**. 4º edição. Porto Alegre: Art Med, 1983.
- SAGGIOMO, Thais G.; AVEZEDO, M. S.; MACHADO, Valdirene S. Desafios na realidade educativa do campo; uma abordagem de encontros e desencontros na escola do campo. **IX Anped SUL, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul**, 2012.
- SANTOS, Marilene. Educação do Campo no Plano Nacional de Educação: tensões entre a garantia e a negação do direito à educação. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 26, p. 185-212, 2018.
- SOARES, Sávila Bona. Estado e Educação do campo: a influência dos organismos internacionais na elaboração de políticas públicas educacionais para o campo brasileiro. **Revista Inter Ação**, v. 43, n. 1, p. 240-258, 2018.